



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Barreiro, realizada em 7, 15, 16, 21 de dezembro de dois mil e vinte e um, e 20 de janeiro de dois mil e vinte e dois

ATA Nº 06/2021

Ao sétimo dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas 21H00, no Auditório Manuel Cabanas, sito na Urbanização do Palácio de Coimbra, Rua da Bandeira, 2830-330 Barreiro, teve início a Sessão Ordinária de dezembro de 2021.

A Câmara Municipal esteve representada pelo Presidente da Câmara, Frederico Rosa, Vice-Presidente Rui Braga, Sara Ferreira, Rui Pedro Pereira, António Amaral, Maria João Regalo, Carlos Guerreiro, Maria Arlete da Cruz e Ricardo Teixeira.

A Ordem de Trabalhos encontra-se inserta na Ata como **anexo I**.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, sendo a Primeira Reunião de Mandato, saudou a todos e deu as boas vindas à nova representação do CHEGA, e assumiu o compromisso de a todos tratar por igual. Anunciou que estava inscrito no período destinado ao público, o cidadão Durval Salema, tinha sido um privilégio tratá-lo por Deputado, que tinha deixado um enorme respeito entre todos. Referiu que a descentralização no momento, não estava a ser feita por falta de apoio de assessoria e logístico, mas seria retomada no início de dois mil e vinte e dois. A Conferência de Representantes tinha decidido não retomar a prática da descentralização aos sábados, por não ter produzido os resultados esperados, em termos de participação do público. Referiu que por motivo de segurança tinha sido feito uma nova disposição do layout da sala, mas, iria ser repensada forma de a melhorar na reunião seguinte. Dada a nova configuração da Assembleia Municipal pediu aos Grupos Municipais para refletirem sobre a distribuição de tempos e lançou o desafio de que fosse cumprido o prazo estipulado por lei para o PAOD. Anunciou os pedidos de suspensão e de substituição e foi coadjuvado nos trabalhos pela Deputada Marta Batista e pelo Deputado Rui de Carvalho, respetivamente como primeira Secretária e segundo Secretário da Mesa.

Pedidos de suspensão Assembleia Municipal
Filipa Pinto substituída por Joaquim Sousa Marques
Pedidos de substituição Assembleia Municipal
Zélia Leal da Silva substituída por Maria do Céu Machado da Costa
Vítor Castro Nunes substituído por Patrícia Sabino Ferreira
David Rodrigues substituído por Gonçalo Filipe Vilhena da Costa
Pedidos de suspensão Câmara Municipal
Carlos Humberto substituído por Ricardo Teixeira

Deu posse aos cidadãos Joaquim Sousa Marques, Patrícia Sabino Ferreira, Gonçalo Filipe Vilhena da Costa e Maria do Céu Machado da Costa. Saudou o Vereador Ricardo Teixeira pelas suas novas funções, bem como o Executivo a quem desejou excelente Mandato.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Já tinha transmitido aos Grupos Municipais, que a Ordem de Trabalhos iria ser aditada, dado que na Reunião de Câmara agendada para dia nove iriam ser apresentados os documentos de gestão, e assim poderem ser apreciados em Assembleia na última reunião de dezembro.

Estiveram presentes trinta e um deputados, conforme lista de presenças inserta na Ata, como **anexo II**.

1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO AO ABRIGO DO ARTIGO 44º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Durval José Salema, agradeceu as palavras do Presidente da Assembleia Municipal e desejou a todos, felicidades no Mandato. Questionou se já existia perceção de quando é que seriam respondidas diretamente pelo Executivo as questões colocadas pelos munícipes. Mais questionou se, face aos resultados eleitorais, iria ser procurada nova solução conjunta com a Moita, em relação à Associação Quinta do Mião Barreiro/Moita que tinha sido dissolvida. Relatou ausência de resposta às questões colocadas através do Programa CED. Chamou a atenção para o excesso de velocidade por parte dos automobilistas, que utilizam algumas artérias da zona da escavadeira como pista de automobilismo. Questionou o ponto de situação do processo de implementação do carregamento de viaturas elétricas - **anexo III**.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, informou que a Conferência de Representantes tinha decidido continuar nos mesmos moldes a questão da resposta direta aos munícipes, até à Revisão do Regimento, para as qual iria ser criada uma Comissão constituída por dois membros de cada força partidária. Mais informou que, na Sessão em curso haveria eleição de um conjunto de representações externas da Assembleia Municipal, com o modelo usado há quatro anos, por sugestão do Deputado Francisco Alves do Bloco de Esquerda, e que, na Reunião em curso seria eleito por voto secreto e em uma, o Presidente da Junta ou União de Freguesias e o seu substituto, como Delegado aos Congressos da Associação Nacional de Municípios. Para o efeito tinha tomado a iniciativa de propor nomeadamente, Carlos Raposinho e Naciolinda Silvestre. Deu a conhecer a sua proposta de distribuição de tempos das grelhas C e B e pediu aos Grupos Municipais que o interpelassem sobre a mesma.

O Deputado Isidro Heitor, concordou que fosse retirado algum tempo do Grupo Municipal do PS para dar voz às outras forças políticas.

A Deputada Dulce Reis, endossou a todos votos de bom trabalho. Deu a conhecer o falecimento recente do antigo Deputado Municipal do PCP, José Ferreira Antunes, não tinha sido possível preparar nada formalmente, fez um breve relato da sua atividade enquanto político e apresentou um Voto de Pesar à família e amigos.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, perguntou à CDU se o Voto de Pesar poderia ser considerado como documento “J”, associou-se ao mesmo e endossou os seus sentimentos à família.

O Deputado Francisco Alves, desejou a todos um bom trabalho. Sugeriu que, face à nova arrumação da Assembleia Municipal, fosse consensualizado que todas as forças políticas menos representadas, tivessem três minutos no mínimo.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, tomou nota da sugestão e não objetou a que na reunião em curso, isso acontecesse com o Bloco de Esquerda e o CHEGA.

2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, enunciou os documentos apresentados, conforme mapa infra e anexo IV.

A	CDU	MOÇÃO-PELA VALORIZAÇÃO DOS SALÁRIOS E PELO COMBATE À PRECARIIDADE COMO CONTRIBUTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS
B	CDU	MOÇÃO-PELO REFORÇO DAS CONDIÇÕES DE VACINAÇÃO DA POPULAÇÃO DO BARREIRO
C	BE	MOÇÃO /RECOMENDAÇÃO-POR MAIS E MELHOR INVESTIMENTO NO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE NO DISTRITO DE SETÚBAL
D	BE	DIA 3 DE DEZEMBRO - RECOMENDAÇÃO
E	BE	VOTO DE SAUDAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (25 DE NOVEMBRO)
F	BE	MOÇÃO- PROCESSO SAAL, MUITO MAIS QUE HABITAÇÃO!
G	CHEGA	MOÇÃO 25 DE NOVEMBRO
H	CHEGA	SEGURANÇA DO CONCELHO DO BARREIRO
I	PS	SAUDAÇÃO-ANÚNCIO DO GOVERNO QUANTO AO PROCESSO NUTS DA PENÍNSULA DE SETÚBAL
J	PS	VOTO DE PESAR – JOSÉ FERREIRA ANTUNES

Pediu ao Deputado do Bloco de Esquerda, que esclarecesse a tipologia do documento “C”, e ao Deputado do CHEGA que esclarecesse a tipologia dos documentos “G” e “H”.

O Deputado João Pintassilgo, manifestou o seu agrado por voltar à Assembleia Municipal e poder continuar a contribuir para o bem do Barreiro. Em nome da Bancada do Partido Socialista apresentou a declaração política, que se encontra inserta na Ata como anexo V.

O Deputado André Carmo, em nome do Grupo Municipal da CDU, retirou o documento “B”, MOÇÃO - PELO REFORÇO DAS CONDIÇÕES DE VACINAÇÃO DA POPULAÇÃO DO BARREIRO, e referiu o motivo. Teceu comentários sobre o fecho e a reabertura do Centro de Vacinação e a reivindicação da Comissão de Utentes dos Serviços Públicos, cujo trabalho em prol dos Utentes do Serviço de Saúde e da população do Barreiro saudou. Lamentou o tempo de espera para a abertura do novo Centro de Vacinação, deixou uma nota crítica ao Executivo pela manifesta inabilidade de condução da gestão do processo, por nada ter feito para disponibilizar atempadamente um espaço adequado em substituição do anterior, e tivesse apontado como motivo a inexistência de recursos humanos, facto que após questionado pelo Grupo Parlamentar do PCP, na Assembleia da República, tinha sido desmentido pelo Ministério da Saúde.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, em virtude de ter suprimido o tempo da Câmara, reformulou a atribuição dos tempos que tinha feito.

O Deputado Nuno Chambel, afirmou que enquanto Deputado representante do Grupo Municipal do CHEGA, esperava vir a ser um contributo para o Barreiro nos próximos quatro anos. Manifestou preocupação pela ausência de ação para inverter a tendência



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

demográfica no Concelho, pela falta de solução e de alternativas para resolver a interrupção de serviços pagos pelos munícipes, quer nas faturas, quer em passe social. Igualmente referiu preocupação pelo desenrolar de algumas obras em curso e outras em término, nomeadamente a Caldeira Grande, a obra da Avenida da Liberdade. Terminou registando que iria apostar na exigência, na eficiência, na aplicação dos impostos e na garantia de uma Cidade segura.

O Deputado Francisco Alves, pediu que o documento “C” fosse considerado como Recomendação, deu a conhecer os motivos da sua apresentação e pediu esclarecimento sobre o Centro de Vacinação do Barreiro. Referiu como muito pertinentes os temas dos documentos “D” e “E”, referiu o Serviço Ambulatório de Apoio Local e chamou a atenção para a questão da habitação social.

A Deputada Maria Filomena Vitorino, apresentou o documento “A”, fazendo a sua leitura.

A Presidente da Junta da União de Freguesias de Barreiro e Lavradio, Gabriela Soares, respondeu ao Deputado André do Carmo que não era verdade que não tivesse sido feito nada para resolver o problema do Centro de Vacinação. Conjuntamente com a Vereadora Sara Ferreira tinha estado envolvida na procura de espaço, a opção de duas lojas no Fórum Barreiro não tinha sido viável, pois sendo uma questão de saúde pública eram necessárias condições de segurança e para os profissionais de saúde a opção não correspondia ao que era preciso. Acrescentou que também não era verdade que resultado tivesse sido profícuo devido às manifestações realizadas pela Comissão. Como Presidente de Junta eleita pelo Partido Socialista, deixou uma nota de indignação sobre as afirmações feitas quanto à precariedade e ao salário mínimo. “Então, mas não foi o Partido Socialista que propôs e que consta do Orçamento Geral do Estado um aumento considerável do salário mínimo, que V. Exas chumbaram?”, perguntou.

A Deputada Ana Teresa Xavier, desejou um Mandato profícuo para todos. O Partido Social Democrata iria manter os seus princípios e a coerência, não iria fugir do debate ideológico e estava ali para colaborar e para benefício dos barreirenses. Comentou que o momento não era para acusações nem desleixos em determinadas áreas muito sensíveis, e que as intervenções deviam ser feitas com bases técnicas, sob pena de se dar aso a especulações não verdadeiras, que poderiam incomodar as pessoas. Iria pedir escusa da discussão e da votação do documento “C”, por ser membro do Conselho de Administração do Centro Hospitalar.

O Deputado André Brás dos Santos, cumprimentou a todos e desejou um bom Mandato. Manifestou o seu desacordo quanto ao conteúdo do documento “A”, apresentou breve historial da evolução do salário mínimo nacional e fez analogia com o aumento proposto para o mesmo no Orçamento de Estado para dois mil e vinte e dois, que tinha sido chumbado.

O Deputado Nuno Chambel, pediu que o documento “H” fosse considerado como Recomendação, alertou para a existência de um erro na quinta linha do mesmo, e corrigiu.

O Deputado André Carmo, abstraiu-se de tecer considerações sobre a interpelação feita pela Presidente da Junta da União de Freguesias de Barreiro e Lavradio, Gabriela Soares e citou a resposta remetida pela Chefe de Gabinete da Ministra da Saúde, ao Grupo Parlamentar do PCP, sobre o Centro de Vacinação no Barreiro, **anexo VI**.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Deputado José Luís Ferreira, face à indignação da Deputada Presidente da Junta de Freguesia do Barreiro, pelo facto de a CDU ter trazido uma proposta para a Assembleia Municipal instar o Governo a proceder á valorização dos salários, quando tinha acabado de chumbar o Orçamento, respondeu que, motivo para estar indignados tinham os portugueses, “porque um Governo que se diz socialista, que prevê um crescimento de 5,5% da economia e que apresenta como aumento salarial 0,9%, é que é de nós ficarmos indignados”, disse. Esclareceu que o salário mínimo nacional nada tinha nada a ver com o Orçamento de Estado e explicou porquê. “Votamos contra o Orçamento porque o Partido Socialista desistiu de procurar qualquer convergência à esquerda, não sei se a pensar num futuro bloco central, estamos para ver, se com a aspiração de uma maioria absoluta. Vamos ter eleições porque o Presidente assim quis e não tivemos Orçamento porque o Partido Socialista desistiu de negociar com os partidos à esquerda”, concluiu.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, na sequência da intervenção do Deputado José Luís Ferreira, e como a verdade tinha sempre vários lados, iria partilhar a sua, e os barreirenses tirariam as ilações que muito bem entendessem. Sublinhou o empenho que ambos tinham partilhado na evolução da esquerda parlamentar nos últimos seis anos, mas lamentava a forma tão diferente como olhavam para a realidade. O PS não reconhecia que tivesse havido poucos esforços para evitar a crise irracional em que o PEV, o PCP e o Bloco de Esquerda, que juntamente com o CHEGA e o Iniciativa Liberal, o PSD e o CDS tinham mergulhado Portugal, somando uma crise política à crise pandémica, quando, a negociação tinha sido uma daquelas em que o Partido Socialista mais se tinha esforçado, no sentido de ter um orçamento à esquerda. Concordou que o salário mínimo nacional nada tinha nada a ver com o Orçamento, pois, por isso o Governo já tinha aprovado o seu aumento. Frisou que a vida política era feita de dicotomias e haveria sempre, mais do que uma verdade. “Mas há uma verdade que para mim é quase indisputável, é a verdade que a esquerda não devia ter posto em causa aquilo que a esquerda conquistou, e como sou um moderado social-democrata com uma grande inclinação para a esquerda, lamento de facto que, seja pelos motivos que aduziu, seja pelos motivos que eu aduzi, não tenha sido possível ainda, ter havido um acordo e enfim, lá teremos que fazer uma coligação com os barreirenses, com os portugueses que é o que nos mais interessa, mas com uma profunda divergência, é que esta crise política é manifestamente inútil, e a aprovação do Orçamento de Estado proposto pelo Partido Socialista tinha trazido enormes avanços feitos à esquerda, como aliás eram feitos. O Sr. Deputado e o Vereador Carlos Humberto foram pessoas que se empenharam muito, por exemplo nas negociações do PART, que também acompanhei, é um orgulho poder invocar o PART convosco e é um lamento não poder evocar tudo o que tínhamos para invocar, mas enfim, como diz alguém que nos é mutuamente conhecido ... enquanto houver estrada para andar, cá estaremos.”, disse.

O Deputado André Brás dos Santos, pretendendo rebater o que estava referido na Moção “A”, apresentou uma reflexão sobre o aumento do PIB e sobre o aumento do salário mínimo e dos salários da Função Pública.

O Deputado Isidro Heitor, cumprimentou a todos e em especial os novos colegas, e endereçou votos de bom Mandato. Considerou que estavam a ser apresentados argumentos facciosos como a obrigatoriedade do crescimento dos salários face ao crescimento da economia, não tendo em conta a taxa de inflação, a produtividade, o que a economia podia suportar ou não, esquecendo o impacto que a pandemia tinha tido e iria continuar a ter na economia portuguesa. Manifestou surpresa por algumas intervenções feitas sobre o Centro de Vacinação, o assunto estava resolvido, e estava convicto de que o Executivo da Câmara Municipal do Barreiro, tinha feito todas as diligências necessárias, para encontrar uma solução com condições técnicas e de saúde



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pública em conformidade. Fez breve abordagem ao documento “I” apresentado pelo seu Grupo Municipal. Comentou que apesar de legítima a apresentação de documentos reivindicando coisas para outros municípios, o mais importante era o foco nos assuntos de interesse do Concelho do Barreiro.

O Deputado Francisco Alves, “sabe ou não sabe que a lei proíbe a redução de salários?”, pediu esclarecimento ao Deputado Isidro Heitor.

O Deputado Carlos Moreira, apresentou cumprimentos a todos. Tendo em conta as afirmações do Deputado Isidro Heitor sobre não haver redução de salários quando ocorria redução do PIB, pediu esclarecimento sobre qual tinha sido o crescimento económico desde o início da retoma até á data, e se isso correspondia á valorização dos salários dos trabalhadores. Igualmente pediu esclarecimento se, ao crescimento económico tinha correspondido desenvolvimento económico e qual a diferença entre os dois conceitos.

O Deputado Isidro Heitor, “Sr. Deputado Francisco Alves, sabe que eu sei que não é possível reduzir salários, mas sabe também que eu sei que é possível reduzir salários”, disse, e exemplificou com um caso pessoal. Em relação á economia e aos salários reconheceu que o salário mínimo nacional na perspetiva do trabalhador era baixo, mas para algumas entidades, nomeadamente instituições de solidariedade social, havia muita dificuldade em suportar essas situações.

O Deputado José Luís Ferreira, “Oh Sr. Presidente, nós naturalmente valorizamos aquilo que conseguimos nestes últimos seis anos, quanto mais não fosse travou-se aquela onda de austeridade e colocou-se a direita longe do poder. Agora não me venha dizer que o PS se esforçou para ter orçamento. Oh Sr. Deputado basta ver a declarações do Carlos César quando surgiram, aquilo até parece que foi de encomenda, o Homem veio por pedra na engrenagem. E, portanto, aquilo que eu disse e reafirmo, foi que a partir do momento que o Presidente da República disse “sim ou sopas”, que o Governo completamente se desleixou de alguma convergência à esquerda. E depois não pode vir com a conversa de juntou-se á direita para chumbar o orçamento se fossemos a fazer contas, só as propostas que o PS juntou à direita para chumbar OS Verdes ficávamos a ganhar 74 a 1. E para além disso, ainda agora recentemente com os transportes públicos gratuitos para as pessoas com deficiência, para os desempregados, para os estudantes, o PS juntou-se ao CHEGA, ao PSD, ao CDS, para chumbar essa proposta. E, portanto, nós valorizamos o que se conseguiu, mas o Partido Socialista não estava interessado e que houvesse convergências à esquerda para que tivesse o Orçamento valorizado.”, afirmou. Comentou a intervenção do Deputado Isidro Heitor sobre economia versus aumentos salariais e acrescentou – “Oh Sr. Deputado quando não cresce não há aumento de salários, há aumento de impostos sobre quem trabalha, que é isso que tem acontecido, portanto, aquilo que nós reafirmamos é que, se não é quando a economia cresce que se valorizam os salários, então nunca é tempo para os valorizar, pois ou estamos em crise e não pode haver aumento de salários, se a economia está a crescer também não se pode aumentar os salários. Atenção portugueses, porque isto com o PS e com uma maioria absoluta, isto vai ser o bonito.” Comentou igualmente a intervenção do Deputado André Brás dos Santos sobre o aumento do salário mínimo e dos salários da Função Pública.

O Deputado Pedro Almeida, apresentou cumprimentos a todos e endossou votos de bom Mandato. Fez uma intervenção sobre a Moção “A”, que se encontra inserta na Ata como **anexo VII**.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Deputado João Pintassilgo**, comentou que todos reconheciam que o salário médio em Portugal era baixo, mas a questão que se devia colocar era como é que o País deveria produzir para que o salário médio pudesse subir. Todos tinham conhecimento da inatividade de um elevado número empresarial no País, que não inovava e continuava a achar perda de tempo investir em jovens licenciados, mestrados e doutorados, quando havia uma geração com altas competências a sair das universidades. Apelou a que todos estivessem atentos aos valores que iriam ser distribuídos aos empresários com o PRR, para evitar que acontecesse o mesmo que tinha acontecido num passado longínquo. Congratulou-se com as medidas tomadas pelo Ministro da Economia, para ligação de universidades e centros tecnológicos com alguns empresários, para que houvesse inovação no País, houvesse valor acrescentado e os salários pudessem subir de uma forma sustentada.

A **Deputada Ana Teresa Xavier**, pronunciou-se sobre o documento “G” do Grupo Municipal CHEGA, reconhecendo que a história não deveria ser esquecida, mas o PSD considerava que deviam ser comemoradas as datas históricas que uniam, e não as que fraturavam, independentemente de estarem na memória das pessoas, pelo que não iriam votar favoravelmente.

A **Vereadora Sara Ferreira**, cumprimentou a todos e afirmou que via com muito gosto a Assembleia renovada. Não iria responder às questões colocadas pelo Deputado da CDU em relação ao Centro de Vacinação, a Presidente Gabriela Guerreiro e o Deputado Isidro Heitor já tinham referido que o atraso se tinha devido à dificuldade de encontrar um espaço com condições técnicas e de segurança. Explicou que o arrendamento do espaço do Centro de Vacinação era um valor significativo por parte do Município, que tinha montado a sua logística e diariamente disponibilizava dez funcionários para apoio ao seu funcionamento. “Eu acho que é importante deixar aqui bem claro e os barreirenses sabem isso, que nós não deixamos de apoiar e nós não deixamos de tentar resolver as necessidades dos barreirenses, porque efetivamente há uma diferença entre reivindicar e fazer e nós não deixamos de fazer e temos a solução à vista, inaugurada a partir do dia seguinte. É notório e todos sabem que nós não deixamos cair principalmente as pessoas mais vulneráveis e os barreirenses sabem que nós nos preocupamos com as suas necessidades. Aliás, o nosso trabalho foi sufragado e a avaliação do nosso trabalho foi refletida nas Eleições de 26 e setembro, onde o nosso trabalho alcançou uma estrondosa maioria. Portanto, isso significa que os barreirenses e as barreirenses sabem que não os deixamos cair e não deixamos de apoiar e podem contar com o Executivo do Partido Socialista. Muito obrigada!”, concluiu.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga**, apresentou cumprimentos a todos. Comentou que, ao Deputado da CDU só tinha faltado dizer que o Centro de Vacinação abria no dia seguinte graças à CDU, era graças a toda a gente, menos ao Executivo. Apontou que o Deputado não sabia o que estava a dizer, não sabia o que era preciso para montar um centro de vacinação, nem o esforço do Executivo para, no dia seguinte, abrir um Centro de Vacinação, na Baía do Tejo, com todas as condições de segurança, para poder vacinar o maior número de pessoas e combater a pandemia. Lembrou-o que o Barreiro tinha estado na linha da frente nas matérias da Proteção Civil, para tentar chegar o mais rápido e em melhores condições aos barreirenses no combate à pandemia. Acusou o primeiro eleito da CDU de ter esquecido o Barreiro, ao acusar o PS de a nível nacional não ter tido disponibilidade para conversar, verdade que era a dele, pois como muitos analíticos políticos e o Deputado Eleito do PS tinha afirmado, era o orçamento mais à esquerda de sempre e dele a CDU se tinha divorciado. Querer camuflar o voto contra a nível nacional com uma inabilidade do PS em negociar, a seu



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ver não tinha nenhuma aderência à realidade. “É a vossa verdade, aquela em que a CDU vive, e se não sair rápido dessa realidade, corre mesmo o risco de estarmos a falar da sobrevivência da CDU!”, disse.

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, cumprimentou a todos e afirmou ser um gosto voltar à Assembleia Municipal, com a nova composição resultante das eleições e da pronúncia dos barreirenses, em vinte e seis de setembro. Comentou que tinha alguma expectativa de perceber o posicionamento da CDU, mas já lhe parecia igual ao mandato anterior. Mais comentou a intervenção do Deputado da CDU sobre o Centro de Vacinação, comparando-a à posição tida, com o Centro de Saúde. Afirmou que o Bloco de Esquerda deveria ter apresentado o documento “D” como uma Recomendação, pois tratando-se de um trabalho contínuo e havendo muito a fazer, deveria saudar a Câmara pelo trabalho já feito, que pela primeira vez tinha recebido a distinção de entidade empregadora inclusiva, pelos postos de trabalho criados com a integração de pessoas com deficiências.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, pediu a todos os grupos municipais que refletissem sobre a redução do tempo do PAOD, pois, ao transformá-lo num PAOD gigante e desconexo, iria ser dada menos visibilidade, menos disponibilidade e boa hora, aos pontos mais concretos de ação executiva e fiscalizadora da Assembleia Municipal.

O Deputado Francisco Alves, interpelou a Mesa no sentido de pedir uma pausa para analisar o documento do PS que tinha chegado no próprio dia e, sendo extenso e importante era complicado decidir em consciência sem refletir.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, reconheceu o argumento apresentado e pediu a todos os grupos municipais que respeitassem o prazo estipulado para apresentação dos documentos.

Os trabalhos foram interrompidos por cinco minutos para apreciação dos documentos.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, saudou Luís Bravo pela eleição de líder do PSD e desejou um bom Mandato.

A Deputada Susana Ramalho, propôs alterações aos documentos “C” e “D”, do Bloco de Esquerda.

A Presidente da Junta da União de Freguesias de Barreiro e Lavradio, Gabriela Soares, sugeriu alteração do documento “D” do Bloco de Esquerda.

O Deputado Francisco Alves, aceitou as alterações propostas pela CDU, não aceitou a alteração sugerida pelo PS, deu nota de que reconhecia como muito importante a notícia sobre a atribuição do prémio, mas o documento tinha um âmbito diferente da situação particular.

Os documentos foram submetidos a votação:

A - MOÇÃO-PELA VALORIZAÇÃO DOS SALÁRIOS E PELO COMBATE À PRECARIIDADE COMO CONTRIBUTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

Recusada por maioria, com votos contra do PS(20) e CHEGA(1) e abstenção do PSD(2) e votos a favor da CDU(7) e BE (1)



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

B - MOÇÃO-PELO REFORÇO DAS CONDIÇÕES DE VACINAÇÃO DA POPULAÇÃO DO BARREIRO

Retirada pelo Grupo proponente.

C - MOÇÃO /RECOMENDAÇÃO-POR MAIS E MELHOR INVESTIMENTO NO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE NO DISTRITO DE SETÚBAL

A Deputada Ana Teresa Xavier apresentou pedido de escusa de votação.

Recusada por maioria, com votos contra do PS(20), abstenção do PSD(1) e CHEGA(1) e votos a favor da CDU(7) e BE (1)

D - DIA 3 DE DEZEMBRO - RECOMENDAÇÃO

Aprovado por maioria, com votos a favor do PS(20), da CDU(7), PSD(2) e BE (1) e com a abstenção do CHEGA(1) - Deliberação N.º 66/2021

E - VOTO DE SAUDAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (25 DE NOVEMBRO)

Aprovado por maioria, com votos a favor do PS(20), da CDU(7), PSD(2) e BE (1) e com a abstenção do CHEGA(1) - Deliberação N.º 67/2021

F - MOÇÃO- PROCESSO SAAL, MUITO MAIS QUE HABITAÇÃO!

Reprovado por maioria, com votos contra do PS(20), abstenção do PSD(2) e do CHEGA(1) e votos a favor da CDU(7) e BE (1)

G - MOÇÃO 25 DE NOVEMBRO

Reprovado por maioria, com votos contra do PS(20), CDU(7) e BE(1), abstenção do PSD(2) e votos a favor do CHEGA

H - SEGURANÇA DO CONCELHO DO BARREIRO

Reprovado por maioria, com votos contra do PS(20), CDU(7) e BE(1), abstenção do PSD(2) e votos a favor do CHEGA

I - SAUDAÇÃO-ANÚNCIO DO GOVERNO QUANTO AO PROCESSO NUTS DA PENÍNSULA DE SETÚBAL

Aprovado por maioria, com votos a favor do PS(20) e do CHEGA(1) e abstenção da CDU(7), PSD(2) e BE (1) - Deliberação N.º 68/2021

J - VOTO DE PESAR – JOSÉ FERREIRA ANTUNES

Aprovado por unanimidade - Deliberação N.º 69/2021

Foram apresentadas as seguintes declarações de voto:

O Deputado Carlos Moreira, referiu o porquê da abstenção da CDU ao documento "I".

O Deputado Francisco Alves, justificou o sentido de voto favorável do BE ao documento "A" e de abstenção ao documento "I".

O Deputado Nuno Chambel, deu a conhecer o motivo do voto contra do CHEGA à moção "A" e da abstenção ao documento "C", "D", "E" e "F".

O Deputado Pedro Almeida, declarou os motivos do voto contra do PS, ao documento "H".



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Assembleia Municipal, **André Pinotes Batista**, deu a conhecer os motivos do voto contra do PS ao documento “C”. Pronunciou-se sobre a evolução do Serviço Nacional de Saúde e do Hospital Nossa Senhora do Rosário, do Barreiro ao longo das décadas.

O Deputado **Gonçalo Vilhena**, justificou o voto contra do PS, ao documento “G”. Saudou e reconheceu a importância do documento “E”, apresentado pelo Bloco de Esquerda.

3.8.1 ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA OU UNIÃO DE FREGUESIAS, E DO SUBSTITUTO COMO DELEGADO AOS CONGRESSOS DA ANMP – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES;

O Presidente da Assembleia Municipal, **André Pinotes Batista**, reafirmou que a Lista A, por ele proposta, conforme **anexo VIII**, designava Carlos Raposinho, como Delegado Efetivo e Naciolinda Silvestre como Delegada Suplente e justificou o critério tido.

Foi guardado um minuto de silêncio em memória de José Ferreira Antunes.

O Presidente da Assembleia Municipal, **André Pinotes Batista**, procedeu à chamada dos deputados para a eleição do ponto 3.8.1, que foi efetuada em urna e através de escrutínio secreto.

A Lista A, foi aprovada com 24 votos a favor e 7 votos em branco - Deliberação N.º 70/2021.

A Primeira Secretária da Mesa, **Marta Batista** procedeu à leitura sucinta da Ata em Minuta, que foi: **aprovada por unanimidade – anexo IX.**

Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados, às zero horas e dezassete minutos do dia oito de dezembro de dois mil e vinte e um.



Ao décimo quinto dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas 21H00, no Auditório Manuel Cabanas, sito na Urbanização do Palácio de Coimbra, Rua da Bandeira, 2830-330 Barreiro, realizou-se a segunda Reunião da Sessão Ordinária de dezembro de 2021.

A Câmara Municipal esteve representada pelo Presidente da Câmara, **Frederico Rosa**, Vice-Presidente **Rui Braga**, **Sara Ferreira**, **Rui Pedro Pereira**, **Humberto Faísca**, **Maria João Regalo**, **Carlos Guerreiro**, **Maria Arlete da Cruz** e **Mónica Duarte**.

O Presidente da Assembleia Municipal, **André Pinotes Batista**, depois de apresentar cumprimentos, enunciou os pedidos de suspensão e substituição. Deu posse aos Deputados **Rui Coelho** pelo PSD, e **Joana Fonseca** pelo PS. Felicitou o Vereador **Carlos Humberto** pela sua eleição para Primeiro Secretário da AML e o Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, **Frederico Rosa**, pela sua eleição para Vice-Presidente da AML e desejou a ambos um bom mandato.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pedidos de suspensão Assembleia Municipal
Filipa Pinto substituída por Joaquim Sousas Marques
Pedidos de substituição Assembleia Municipal
Zélia Leal da Silva substituída por Joana Fonseca
Ana Teresa Xavier substituída por Rui Miguel dos Santos Coelho
Pedidos de suspensão Câmara Municipal
Carlos Humberto, substituído por Mónica Duarte
Pedidos de substituição Câmara Municipal
António Amaral substituído por Humberto Faísca

Estiveram presentes trinta deputados, conforme lista de presenças inserta na Ata, como **anexo X**.

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, foi coadjuvado nos trabalhos pelo Deputado David Rodrigues e Deputada Marta Batista, respetivamente como primeiro Secretário e segunda Secretária da Mesa. Deu nota de ter sido constituída a Comissão de Revisão do Regimento e referiu algumas matérias abordadas em Conferência de Representantes, nomeadamente a continuação da sessão no dia vinte e um de dezembro, elencou os pontos a serem aditados à Ordem de Trabalhos e colocou à consideração do Plenário. Não houve objeção. Os pontos aditados constam do Edital N.º 31-2021 de 16 de dezembro, inserto na Ata como **anexo XI**. Os trabalhos continuaram com a abertura do Período da Ordem do Dia.

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

3.1 APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O ARTIGO 25º, Nº2, ALÍNEA C) DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; anexo XII.

O **Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa**, focou a sua intervenção na área da Educação, de onde destacou a abertura do ano letivo, a contratação de sessenta assistentes operacionais, a conclusão da Escola 3, que se tinha passado a denominar Escola Professora Manuela Fonseca, a colocação de zonas de sombreamento em todas as escolas, a remoção das coberturas de fibrocimento nos jardins de infância e escolas a cargo do Município, faltando apenas a conclusão da retirada nas Escolas da Quinta Nova da Telha e da Mendonça Furtado. Ficou disponível para as questões que quisessem colocar.

O **Deputado Francisco Alves**, saudou “O Rostos” pela comemoração de 20 anos de existência. Questionou para quando a conclusão da retirada de fibrocimento das duas escolas. Sugeriu a realização de uma reunião para informação sobre a revisão do PDM. Pediu informação mais detalhada e concreta sobre a requalificação e reconversão da Caldeira do Moinho Grande e dos edifícios adjacentes, sobre o Barreiro Velho, sobre as verbas referentes à recolha de resíduos urbanos, sobre o acordo da SIMARSUL, bem como do PRR e da Estratégia Local de Habitação.

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, associou-se à saudação ao “Rostos” e endereçou os parabéns ao seu Diretor Sousa Pereira, pelos 20 anos de atividade.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Deputado André Carmo, associou-se também às saudações ao Jornal “O Rostos”. Questionou porque se encontrava tão danificado, o passeio de acesso à entrada da Escola 3, porque não tinha sido instalado o Kit de sinalética junto à Escola da Penalva e não tinham sido pintadas as passadeiras e separadas as faixas de rodagem, junto à Escola, como tinha sido prometido. Citou uma afirmação da Vereadora da Educação numa Reunião de Câmara de março de 2021, e questionou o motivo da derrapagem da conclusão da retirada do fibrocimento das escolas que, conforme tinha sido dito estaria concluído antes do início do ano letivo.

O Deputado Nuno Chambel, teceu considerações sobre o volume do documento e em relação à gestão de alguns dos seus dados, que poderiam ser enriquecidos. Pediu mais informação sobre o crescimento da despesa global, lançou o desafio de reduzir o gasto de água na preservação das zonas ajardinadas do POLIS e do Bairro 25 de Abril, desejou que a START UP trouxesse os frutos pretendidos e questionou porque motivo a Rua da Recosta continuava às escuras. Congratulou-se com a atribuição do Certificação 9001, ao Departamento onde estava incluída a Gestão de Resíduos.

O Deputado José Luís Ferreira, manifestou preocupação em termos ambientais em relação à erosão do Bico do Mexilhoeiro e à degradação do Moinho da Caldeira da Braamcamp e fundamentou, conforme **anexo XIII**.

A Presidente da Junta da União de Freguesias de Barreiro e Lavradio, Gabriela Soares, questionou o ponto de situação da reabilitação do Jardim dos Franceses e se estava prevista a colocação de outras zonas de sombreamento.

O Deputado Carlos Moreira, saudou o Jornal “O Rostos” e o seu Diretor Sousa Pereira. Em nome do Grupo Municipal da CDU, questionou o motivo da dificuldade na recolha de resíduos sólidos urbanos, situação que já era anterior à greve dos trabalhadores da AMARSUL, que saudou. Questionou o motivo de se ter registado a mesma situação, em relação à varrição, e se a recolha de lixo no Alto do Seixalinho, que estava a ser feita por uma empresa privada, era uma questão estrutural ou estava limitada no tempo.

O Deputado Rui Coelho, saudou a todos na sua primeira intervenção e desejou bom mandato. Perguntou quando seria feita a intervenção de sombreamento na Escola Básica da Cidade Sol, e o critério tido em relação às outras escolas básicas da Freguesia de Santo António da Charneca. Elogiou a retirada das coberturas de fibrocimento no Concelho e em particular na sua Freguesia, opinando que ali, a mesma deveria ter ocorrido mais cedo. Alertou para o número excessivo de veículos abandonados na via pública e questionou o que estava previsto fazer, para uma recolha mais eficaz. Mais questionou o que poderia a Câmara fazer qualquer para que o campo do Santoantoniense, pudesse ser usado em competições oficiais.

A Vereadora Sara Ferreira, respondeu ao Deputado André Carmo que a poderia citar todas as vezes que quisesse, pois respondia e assumia sempre o que dizia em todos os fóruns. O facto de ter resvalado o prazo de remoção das coberturas de fibrocimento, não a envergonhava, nem ao Executivo de que fazia parte e explicou porquê. Acrescentou que a sua competência já tinha sido avaliada e que não era pertinente misturar educação, trânsito e espaço público, como o Deputado tinha feito. A Escola da Cidade Sol por ter telheiros grandes, não tinha sido ainda contemplada com zonas de sombreamento, pois o critério adotado tinha sido começar por aquelas que não tinham nada. Em relação à habitação estavam a ser preparadas as candidaturas a todos os avisos a ela referentes, que tinham saído até à data no PPR.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga**, comentou e criticou o tom com que o Deputado André Carmo tinha misturado as questões da educação com as obras, os passeios e promessas não cumpridas, e respondeu que o passeio da Escola 3 estava a aguardar que a EDP terminasse as devidas ligações, pelo que não estava dependente da Câmara. Comentou igualmente o que tinha sido proferido em relação à retirada das coberturas de fibrocimento e informou que, a obra de reabilitação do Moinho Grande era financiada por fundos europeus, tinha todos os pareceres, estava devidamente sustentada tecnicamente e com um plano de obra, mas, por estar num terreno muito sensível, estavam a ser encontradas grandes dificuldades. A Caldeira Grande tinha sido selecionada para requalificação e refuncionalização pela APA, portanto, a obra iria cumprir todos os requisitos ambientais. A recolha de resíduos sólidos no Concelho era um problema há muito tempo, quer por falta de recursos humanos quer de equipamentos, e no alto do Seixalinho não havia nenhum problema, pois a experiência piloto de recolha bilateral estava validada e estava convencido de que sendo pública ou privada, seria o modelo a implementar o mais rápido possível, tendo em conta a disponibilidade financeira no Concelho. Até lá o objetivo era manter com os recursos existentes, um nível de qualidade de recolha aceitável, esperando que não fosse levantado o fantasma de que o Executivo queria privatizar o serviço de recolha. O acordo de pagamento referente a um valor extraordinário à SIMARSUL era devido à rotura de um tubo de água que estava a verter para um esgoto e que tinha sido muito difícil de encontrar.

O **Deputado Carlos Moreira**, pediu esclarecimento ao Vice-Presidente, se o serviço concessionado era temporário ou definitivo.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga**, respondeu que era temporário, a renovação seria anual até que a Autarquia tivesse capacidade para fazer os investimentos necessários.

O **Deputado Isidro Heitor**, saudou também o “Rostos” e o seu Diretor, a quem desejou os melhores êxitos. Considerou importante referir que o período em apreciação tinha decorrido em meio de pandemia e em período eleitoral. Comentou o que tinha sido dito em relação a algumas obras, contrapôs com as dificuldades que tinham sido ultrapassadas nas obras já executadas, nomeadamente a retirada das coberturas de fibrocimento e a Escola 3. Elogiou o esforço que o Município vinha tendo com as intervenções na rede de águas e saneamento. Valorizou a intervenção feita no logradouro de S. João Batista de Ajudá e a existência de uma Estratégia Local de Habitação. Questionou o ponto de situação da START UP, das obras da Avenida da Liberdade, da requalificação do Barreiro Velho, da Esquadra da PSP e se as novas instalações dos serviços operacionais no LIDL estavam a corresponder aos objetivos traçados pela Câmara.

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, deu nota aos deputados que, sempre que o desejassem poderiam solicitar aos Serviços a Informação Escrita em formato de papel.

O **Deputado André Carmo**, agradeceu os esclarecimentos e frisou que tinha tentado ser rigoroso no enquadramento das questões educativas. Voltou a frisar que as afirmações da Vereadora Sara Ferreira sugeriam alguma imprudência, aconselhou a que fosse menos definitiva nas suas afirmações e apontou alguma incapacidade de gestão. Pareceu-lhe estranho a referência ao tom que tinha usado, vindo de quem na última



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reunião tinha feito apertes para tentar perturbar, sistemática e reiteradamente a sua intervenção inicial.

O Deputado André Brás dos Santos, comentou algumas afirmações proferidas em relação à remoção do fibrocimento que tinha a marca do PS, assim como o novo Parque Infantil da Penalva e o Polidesportivo da Quinta do Peliche. Pediu o feedback das Comemorações dos 500 Anos de Barreiro, nomeadamente em relação ao lançamento do Livro e à Exposição no Espaço Memória. Questionou o ponto de situação do concurso para a implantação da modalidade de padel, no Parque da Cidade, e o que estava a ser pensado para dinamizar a Mata da Machada.

O Deputado Rui de Carvalho, enalteceu o trabalho feito pela Vereadora Sara Ferreira nas áreas do desporto, movimento associativo e educação, no executivo anterior e no atual e fundamentou. Deixou uma palavra de apreço aos jovens que praticavam desporto no Barreiro nas várias modalidades, destacando o apoio que vinha sendo dado há vários anos às atividades náuticas desenvolvidas pelos clubes da Cidade, pela Autarquia, pelas Federações e pelo Governo Central.

O Deputado Carlos Moreira, esclareceu que quem tinha 500 anos, era o Foral de D. Manuel.

O Deputado Vítor Castro Nunes, contestou as restrições temporais que estavam a acontecer com o tempo de intervenção atribuído ao Grupo Municipal do PSD, comparado com o tempo dos restantes grupos. O PSD desejava que o Mandato servisse para tornar o Barreiro mais forte no emprego, na habitação e na segurança. Acusou o Estado de não ter cumprido as promessas feitas, o Governo do PS de não querer saber do Barreiro e fundamentou com a ausência da Ponte Barreiro/Seixal, da Unidade de Tratamento de Bivalves, com o facto de ser o Município a executar a instalação da USF do Alto do Seixalinho, a não conclusão da Esquadra do Barreiro Velho e a não recuperação da Antiga Estação Fluvial. Endereçou cumprimentos ao “Rostos” pelo seu aniversário. Pediu informação sobre o que estava sendo pensado em matérias prioritárias, nomeadamente estratégia de reabilitação urbana, Agência Local de Investimento, segurança, COVID e descentralização de competências.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, respondeu ao Deputado Vítor Castro Nunes que não havia restrições e fundamentou.

O Deputado Pedro Almeida, associou-se à saudação ao Jornal “O Rostos”. Efetuou a intervenção que consta na Ata como **anexo XIV**.

O Deputado José Luís Ferreira, considerou ser justo que o Deputado Pedro Almeida tivesse elogiado o Governo sobre o Programa da Remoção de Amianto nas Escolas, mas também era bom que tivesse acrescentado que proposta tinha partido da CDU, no âmbito das posições conjuntas estabelecidas em dois mil e quinze. Em relação à referência à CDU e ao Poder Local, lembrou o Deputado que não era a CDU que, em conjunto com o PSD estava a alterar o diploma das competências das autarquias, para retirar poder de parecer vinculativo sobre a construção de aeroportos. Comentou a intervenção do Deputado Isidro Heitor em relação às dificuldades em adjudicar e fazer obras. Pediu novamente informação sobre as medidas de mitigação dos efeitos da erosão costeira, na área do Bico do Mexilhoeiro.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga, informou que estava prevista para final de janeiro a conclusão das obras da START UP e da Esquadra. Deu a



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conhecer o ponto de situação do lançamento do processo do Barreiro Velho e os motivos de atraso da conclusão da obra da Avenida da Recosta. Considerou ganha a aposta nas instalações operacionais que, para além de funcionarem bem, estavam a ser um salto qualitativo para os funcionários e um salto tecnológico para o Centro Operacional da Proteção Civil que lá estava instalado. Sobre a Agência Local de Investimento referiu a proposta dos Estatutos Barreiro XXI que estava para ser votada. Em matéria de segurança, a fiscalização municipal iria estar mais visível, através do aumento de recursos humanos, fardamento e caracterização de viaturas. Comentou como tática política a intervenção do Deputado da CDU em relação ao timing das obras. Fez o ponto de situação da intervenção necessária no Bico do Mexilhoeiro, que vinha sendo sistematicamente adiada pela APL, apesar das solicitações constantes do Município para uma rápida execução. A questão das construções lá existentes iria ser vista com APL.

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, respondeu que no Barreiro, a descentralização da cultura teria a ver apenas com licenciamentos culturais, e explicou o enquadramento da intervenção da Câmara em relação ao Santoantonense. Justificou o porquê de se ter colocado sombreamento na Penalva e não na Escola da Vila Chã. Comentou a intervenção do Deputado André Carmo contrapondo com o trabalho feito, nomeadamente a qualificação do Clube de Vela como Centro de Formação Desportivo, a construção das novas instalações da Doca Seca, a conclusão das obras do POLIS, a requalificação da zona da Miguel Pais. Mais comentou que a Escola da Penalva não estava esquecida, justificando com a ligação à rede de saneamento, com a repavimentação da estrada de acesso, bem como o Parque Infantil e o brinquedo instalado na Escola. Concluiu que os barreirenses com a sua resposta cabal, tinham expressado e renovado a confiança nas pessoas que ao fim do dia, tinham como entrega fazer obra, concretizar, renovar e rejuvenescer.

O Deputado André Carmo, afirmou que tinha sido notável a capacidade de distorcer as suas palavras, o que era bastante nocivo para um debate que deveria ser contundente, assertivo, mas dentro das regras do funcionamento democrático, concluindo que, com a intervenção do Presidente da Câmara Municipal se tinha confirmado a “diatriba anticomunista”.

3.2 APROVAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE APASCENTAMENTO DE ANIMAIS E SUA PERMANÊNCIA E TRÂNSITO EM ESPAÇO PÚBLICO;

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, face á indecisão do Executivo sobre quem apresentaria o ponto, sugeriu passar para o ponto 3.3.

A Deputada Susana Ramalho, interpelou o Presidente da Assembleia Municipal, no sentido de perceber se, se voltaria ou ponto 3.2 ou ficaria para a reunião seguinte.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, respondeu que a intenção era voltar depois, ao ponto 3.2.

A Vereadora Sara Ferreira, justificou que a proposta estava a ser apresentada, em virtude de ser uma matéria que não tinha muito por onde se regulamentar, nem tomar decisões.

O Deputado Francisco Alves, questionou o número de animais existente no espaço público, no sentido de perceber o que se estava a regulamentar e em que sentido.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Deputado João Pintassilgo**, apesar de entender a necessidade da existência do Regulamento, considerava como um avanço a utilização de animais para capinar grandes espaços públicos relvados, cuja prática era comum em muitas capitais europeias. Era uma ambição do Serviço de Resíduos, mas não tinha tido aceitação imediata por parte de algumas freguesias, mas concluiu que, o Regulamento com uma alteração ou outra, não iria ser impeditivo de se puder vir a utilizar essa prática.

O **Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa**, deu a conhecer a situação concreta que tinha levado à necessidade de criação do Regulamento e enalteceu a ajuda dada pelo Posto da GNR, na recolha e adaptação de outros regulamentos à realidade do Barreiro.

O **Deputado Vítor Castro Nunes**, deixou como observação e sugestão do Grupo Municipal do PSD que, “na sequência das observações do Sr. Deputado Municipal João Pintassilgo, era no fundo recomendar que numa eventual revisão do Regulamento, contemplar ou abrir margem para eventualmente implementar a solução que o Deputado João Pintassilgo estava a enunciar.”, disse.

Colocado à votação o ponto 3.2 foi:

Aprovado por unanimidade, com votos a favor do PS(19), da CDU(7), do PSD(2), do BE(1) e do CHEGA (1) - Deliberação N.º 71/2021

3.3 PROTOCOLO NO ÂMBITO DO ACOMPANHAMENTO DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS NA FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO DE OBRAS E NA COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA, NAS OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA RESPECTIVA JUNTA OU UNIÃO DE FREGUESIAS;

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga**, referiu que o Protocolo visava estabelecer o que era o apoio técnico às freguesias, decorrente do plano de pavimentações que tinha sido lançado com as mesmas no ano anterior e que ainda estava em execução.

O **Deputado Carlos Moreira**, considerou que a apresentação do Protocolo demonstrava as dificuldades de coordenação e fiscalização entre a Câmara e as uniões de freguesias e juntas de freguesia no plano de pavimentações, por falta de recursos humanos e meios, conforme crítica da CDU aquando da apresentação do plano no Mandato anterior e por isso, não tinha sido amplamente conseguido.

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, por forma a obter consenso unânime dos Grupos Municipais, até ao final da Reunião em curso, pediu ao Presidente da Câmara Municipal que refletisse se, nos pontos que tinham sido aditados havia alguma matéria com especial urgência, no sentido de juntar aos pontos 3.4, 3.5, 3.6 e 3.7, que iriam ser apreciados na Reunião seguinte.

A **Presidente da Junta da União de Freguesias de Barreiro e Lavradio, Gabriela Soares**, testemunhou que tinha sido eficaz e eficiente a existência da descentralização das pavimentações, que no caso da sua Junta de União de Freguesias estava concluída. Acrescentou que as críticas feitas e consideradas pela CDU como problemas, eram processos de colaboração e de entendimento a bem do Barreiro e das Uniões de Freguesia.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, deu a conhecer os pontos que a Câmara tinha referenciado para discussão na Reunião seguinte, e deixou à consideração do Plenário a sua aceitação.

O **Deputado Carlos Moreira**, clarificou que na sua intervenção não tinha referido a existência de nenhum problema, apenas dissera que tendo em conta o que tinha sido descentralizado, o processo fora menos bem conseguido, era a sua opinião e o seu parecer.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga**, frisou a sua discordância com o Deputado Carlos Moreira, por achar que o processo não podia ter sido mais bem conseguido e explicou porquê. Considerou como extraordinária a experiência pessoal que tinha tido com os Presidentes de União de Freguesia e com a Junta de Freguesia de Santo António, sem dúvida uma visão vencedora a todos os níveis, e uma implementação melhor ainda.

O **Deputado Francisco Alves**, pretendeu saber como estava a situação nas outras freguesias.

A **Presidente da Junta da União de Freguesias de Palhais e Coia, Naciolinda Silvestre**, manifestou agrado com a forma como tinha decorrido a iniciativa que na sua União de Freguesias estava concluída, tinham sido evitadas as providências cautelares que eram habituais e, portanto, era um procedimento a repetir.

O **Presidente da Junta de União das Freguesias de Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena, Carlos Raposinho dos Santos**, afirmou que estava previsto que as obras em curso na União de Freguesias de Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena, estivessem concluídas antes do final do ano.

O **Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa**, considerou igualmente que o processo tinha sido um êxito pois, para além das pavimentações, como parte mais visível, tinha também abrangido apoio técnico à instalação de polidesportivos e apoio a candidaturas.

Colocado à votação o ponto 3.3 foi:

Aprovado por unanimidade, com votos a favor do PS(19), da CDU(7), do PSD(2), do BE(1) e do CHEGA (1) - Deliberação N.º 72/2021

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, no sentido de organizar os trabalhos no dia seguinte, e dado que apenas estava consensualizado apreciar os pontos 3.4, 3.5, 3.6 e 3.7 cujo debate, na sua perspetiva teria a duração de uma hora, pediu aos líderes de bancada que se pronunciassem sobre ir buscar alguns pontos que tinham sido aditados no dia anterior, precisando para isso de unanimidade.

O **Deputado Vítor Castro Nunes**, pediu ao Presidente da Assembleia Municipal para recordar os pontos considerados prioritários pelo Executivo.

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, respondeu que tinham sido referenciados os pontos 3.14, 3.15, 3.16, 3.17, 3.18 e 3.20.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Deputado Francisco Alves**, referiu que, se fossem considerados os pontos referenciados, seria possível eventualmente eliminar a reunião de janeiro, que tinha sido consensualizada em Conferência de Representantes.

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, respondeu que também pensava assim, mas não estava confortável a forçar a votação de documentos recebidos no dia anterior, sem a concordância absoluta de todos.

O **Deputado Vítor Castro Nunes**, sugeriu em alternativa considerar os pontos 3.15, 3.16 e 3.20.

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, subscreveu a opção do Deputado Vítor Castro Nunes.

O **Deputado Nuno Chambel**, manifestou acordo com a opção do Deputado Vítor Castro Nunes.

A **Deputada Susana Ramalho**, em nome do Grupo Municipal da CDU subscreveu igualmente a proposta do Deputado Vítor Castro Nunes, pois assim, as questões financeiras ficariam para o dia vinte e um e as restantes propostas para a Reunião de janeiro.

O **Deputado Isidro Heitor**, considerou uma solução equilibrada, e em nome do Grupo Municipal do PS deu o aval.

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, definiu então que os pontos a apreciar seriam o 3.4, 3.5, 3.6, 3.7, 3.15, 3.16 e 3.20. Procedeu à leitura sucinta da Ata em Minuta, que foi: **aprovada por unanimidade – anexo XV**.

Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados, pelas zero horas e quinze minutos do dia dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e um.



Ao décimo sexto dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas 21H00, no Auditório Manuel Cabanas, sito na Urbanização do Palácio de Coimbra, Rua da Bandeira, 2830-330 Barreiro, realizou-se a terceira Reunião da Sessão Ordinária de dezembro de 2021.

A Câmara Municipal esteve representada pelo Presidente da Câmara, Frederico Rosa, Vice-Presidente Rui Braga, Rui Pedro Pereira, António Amaral, Maria João Regalo, Carlos Guerreiro, Maria Arlete da Cruz, Érica Gil e Mónica Duarte.

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, apresentou cumprimentos a todos, enunciou os pedidos de suspensão e substituição, deu posse a Ana Luísa Pereira pela CDU e Paula Serralha pelo Bloco de Esquerda.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pedidos de suspensão Assembleia Municipal
Filipa Pinto substituída por Joaquim Sousa Marques
Pedidos de substituição Assembleia Municipal
Zélia Leal da Silva substituída por Joana Fonseca
Vítor Castro Nunes substituído por Patrícia Sabino Ferreira
Ana Teresa Xavier substituída por Hugo Cruz
Francisco Alves substituído por Paula Serralha
Antínia de Moraes substituída por Gonçalo Vilhena da Costa
Carlos Moreira substituído por Ana Luísa Inácio
Pedro Almeida substituído por Maria do Céu Costa
Pedidos de suspensão Câmara Municipal
Carlos Humberto, substituído por Mónica Duarte
Pedidos de substituição Câmara Municipal
Sara Ferreira substituída por Érica Gil

Confirmou a existência de quórum com a presença de trinta deputados, conforme lista inserta na Ata, como **anexo XVI**. Nos trabalhos da Mesa, foi coadjuvado pelo Deputado David Rodrigues e Deputada Marta Batista respetivamente como primeiro Secretário e segunda Secretária da Mesa. Deu continuação à Ordem de Trabalhos com o ponto:

3.4 TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM – PROPOSTA PARA 2022;

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga**, explicou que se estava a propor a taxa máxima de ponto vinte e cinco, para as operadoras de telecomunicações, a taxa não se refletia na fatura dos cidadãos e na proposta estava contemplado o seguimento do trabalho feito em relação à confirmação de valores recebidos pela primeira vez.

O **Deputado Nuno Chambel**, manifestou acordo com o valor da Taxa, e dado que apenas a NOS Comunicações tinha reportado os valores de faturação referente ao Município, sugeriu que se pressionassem os restantes operadores a fazerem o mesmo, se necessário através do regulador.

A **Deputada Patrícia Ferreira**, questionou o que estava implementado ou o Executivo a pensar implementar, relativamente à falta de resposta das outras entidades e o porquê, novamente daquela escolha percentual.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga**, respondeu que os contactos tinham sido sempre feitos via ANACOM, à partida estaria tudo bem pois as contas da NOS batiam certo e a Câmara já tinha pressionado os restantes operadores, para apresentação dos dados, que seriam disponibilizados a todos logo que isso ocorresse. A escolha da taxa máxima ia no sentido de a Autarquia obter algum benefício com atividade dos operadores e não se refletia nos consumidores.

O **Deputado Nuno Chambel**, deixou a sugestão de criar um regulamento que estabelecesse os requisitos técnicos para atravessamento de vias públicas, a exemplo de outros países.

Colocado à votação o ponto 3.4 foi:

Aprovado por unanimidade, com votos a favor do PS(20), da CDU(6), do PSD(2), do BE(1) e do CHEGA (1) - Deliberação N.º 73/2021



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3.5 ADJUDICAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA NA ÁREA DE CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO E DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES COLETIVOS DO BARREIRO;

A **Vereadora Maria João Regalo**, apresentou cumprimentos a todos, naquela que era a sua primeira intervenção. Informou que a adjudicação proposta seria por trinta a seis meses, à Empresa Rosa Correia e Associados, pelo valor de trinta e oito mil e setecentos euros, divididos entre a Câmara Municipal e os Serviços Municipalizados de Transportes Coletivos do Barreiro.

O **Deputado Hugo Cruz**, saudou a todos também no seu regresso à Assembleia Municipal. Afirmou que iria ser muito importante o trabalho de todos os deputados, incluindo os do PS, num cenário de maioria absoluta, quer na Assembleia, quer na Câmara Municipal. Questionou se a entidade contratada já prestava serviço ou não e, em caso afirmativo há quantos anos. Sugeriu que se alargasse o leque, no âmbito da consulta.

O **Deputado Nuno ChambeI**, perguntou qual tinha sido o critério de escolha da Empresa.

A **Vereadora Maria João Regalo**, não conseguiu precisar há quantos anos a Empresa prestava o serviço, mas sido ela a assegurar a transferência do POCAL para o SNC. O critério de escolha tinha sido as referências em termos profissionais mais vantajosas.

O **Deputado Hugo Cruz**, só queria ter a noção de há quantos anos a fiscalização das contas do Município era feita pela mesma entidade. Subscreveu a sugestão de que de futuro fosse alargado o âmbito da consulta.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga**, informou que, o Executivo iria dar conhecimento do tempo em que a Empresa estava a trabalhar com a Autarquia, bem como do processo completo, para que não ficassem dúvidas quanto ao enquadramento legal do mesmo.

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, deu nota de que não tinha sido prática no passado, o debate da proposta em questão, na Assembleia Municipal, e que tinha tido algumas dúvidas atentas as competências estipuladas na Lei e saudou a Câmara Municipal do Barreiro pela sua apresentação, pois tinha permitido uma discussão muito salutar.

Colocado à votação o ponto 3.5 foi:

Aprovado por unanimidade, com votos a favor do PS(20), da CDU(6), do PSD(2), do BE(1) e do CHEGA (1) - Deliberação N.º 74/2021

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, sugeriu que fosse feita uma discussão conjunta e votação separado, aos pontos 3.6 e 3.7.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga**, esclareceu que se tratava da aquisição de dois imóveis arrendados, um no Largo das Obras e o outro um terreno contíguo aos TCB e referiu os respetivos valores de aquisição.

A **Deputada Paula Serralha**, registou as preocupações habitacionais do Bloco de Esquerda e perguntou se o Executivo já tinha projeto para o destino dos dois imóveis.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga**, respondeu que os imóveis não estavam destinados para habitação e explicou porquê.

O **Deputado Hugo Cruz**, registou que acompanhava as preocupações habitacionais do BE, o Barreiro era notícia pelo preço elevado do arrendamento e aquisição de habitação, teceu alguns comentários sobre isso, mas considerou não ser o ponto indicado para as abordar. Questionou qual era o custo total dos dois imóveis para o Município.

O **Deputado Isidro Heitor**, considerou pertinente a questão colocada pelo Deputado Hugo Cruz sobre o custo total dos dois imóveis para o Município, cujas locações financeiras tinham vinte anos, e apresentou os seus cálculos. Considerou que ambas as propostas mereciam unanimidade e explicou porquê. Pronunciou-se sobre a proposta da taxa dos valores dos direitos de passagem.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga**, disse que o Deputado Isidro Heitor já tinha esclarecido os valores, e sugeriu ao Deputado Hugo Cruz que não pusesse na posição de pintar o Barreiro sempre de forma negativa, pois não era a melhor forma de o promover.

O **Deputado Hugo Cruz**, afirmou ter registado a satisfação com que o Vereador encarava o custo do arrendamento e da aquisição das casas no Barreiro, face ao nível médio de rendimentos da população.

O **Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa**, reconheceu que o assunto da habitação era um tema premente e uma preocupação de todos, afirmou que o Deputado Hugo Cruz tinha confundido os argumentos, e fundamentou.

3.6 EXERCÍCIO DE DIREITO DE OPÇÃO PARA AQUISIÇÃO DO IMÓVEL SITO NO LARGO ALEXANDRE HERCULANO;

Colocado à votação o ponto 3.6 foi:

Aprovado por unanimidade, com votos a favor do PS(20), da CDU(6), do PSD(2), do BE(1) e do CHEGA (1) - Deliberação N.º 75/2021.

3.7 EXERCÍCIO DE DIREITO DE OPÇÃO PARA AQUISIÇÃO DO IMÓVEL SITO NA VILA DAS PALMEIRAS (TERRENO CONTÍGUO AOS SMTCB);

Colocado à votação o ponto 3.7 foi:

Aprovado por unanimidade, com votos a favor do PS(20), da CDU(6), do PSD(2), do BE(1) e do CHEGA (1) - Deliberação N.º 76/2021.

3.15 ADJUDICAÇÃO DE FINANCIAMENTO DE CURTO PRAZO PARA O ANO DE 2022 ATÉ AO MONTANTE DE 1.500.000,00 € (UM MILHÃO E QUINHENTOS MIL EUROS);

O **Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa**, informou que o financiamento visava o apoio à tesouraria tendo em conta a sazonalidade das receitas, nomeadamente o IMI, os juros seriam pagos sobre o capital mobilizado, orçamentalmente era zero e era o juro mais baixo que a Câmara já tinha tido com o empréstimo em questão.

O **Deputado Hugo Cruz**, comentou que a proposta vencedora era omissa em garantias ou comissões. Deixou a sugestão de, em futuros concursos se pensar em termos de totalidade de custos.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa**, agradeceu a sugestão do Deputado Hugo Cruz e comentou que tinham ficado agradavelmente surpreendidos, ao saber que havia mais do que um banco a propor ao Município, taxa de juro tão baixa. Frisou que era uma importante ferramenta de gestão em tempo de COVID, a exemplo do que tinha acontecido no ano anterior.

Colocado à votação o ponto 3.15 foi:

Aprovado por maioria, com votos a favor do PS(20), do PSD(2), do BE(1) e do CHEGA (1) e abstenção da CDU(6) - Deliberação N.º 77/2022

3.16 ACORDO DE PAGAMENTOS SIMARSUL S.A.;

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga**, informou que o acordo negociado com a SIMARSUL teria a duração de cinco anos e era devido ao aumento extraordinário de consumo de metros cúbicos de água, provocado por uma rotura que tinha levado algum tempo a ser encontrada e resolvida pelos serviços, e o seu intuito era evitar esforço de tesouraria.

O **Deputado Nuno Chambel**, enalteceu o facto de o documento referir o objetivo de instalar mais caudalímetros, para monitorização de acontecimentos similares, convicto de que os custos financeiros feitos nesse sentido, teriam um feed back rápido.

O **Deputado João Pintasilgo**, deu a conhecer que já estava praticamente concluída a instalação das ZNC's, as chamadas zonas de militarização e controle, uma espécie de caudalímetros especiais, que tinha permitido identificar a zona onde estava a haver um caudal excessivo. A maior dificuldade tinha sido devido à elevada profundidade da rotura.

O **Deputado Isidro Heitor**, pediu escusa de votação ao ponto e fundamentou o motivo.

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, informou que o Deputado André Brás dos Santos, tinha pedido também escusa de voto.

O **Deputado Hugo Cruz**, questionou qual o valor normal de faturação, sem ser em situação de rotura.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga**, respondeu que não lhe conseguia dar o valor pretendido, era questão de deduzir um ponto um à fatura anual e comprometeu-se a fazer chegar os valores por mês e ano.

O **Deputado Hugo Cruz**, referiu novamente as dúvidas tidas com o valor da faturação e fundamentou-as.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga**, respondeu que não tinha entendido a intervenção do Deputado Hugo Cruz, que voltara a pedir os valores mensais e anuais pagos à SIMARSUL, quando lhe tinha dito que lhos faria chegar. Não tinha entendido também que tivesse terminado a intervenção querendo saber o tamanho do buraco. Voltou a explicar os motivos da dificuldade em encontrar a rotura e o que tinha levado a negociar o acordo.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Deputado Hugo Cruz**, comentou que não tinha querido melindrar, e era normal que enquanto órgão fiscalizador da Câmara, tivesse a preocupação sobre um acordo que representava dois por cento do Orçamento da Câmara.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga**, respondeu que não tinha ficado melindrado, talvez não tivesse percebido o que o Deputado estava a questionar, pois tinha falado de duas coisas diferentes.

Colocado à votação o ponto 3.16 foi:

Aprovado por unanimidade, com votos a favor do PS(18), da CDU(6), do PSD(2), do BE(1) e do CHEGA (1) - Deliberação N.º 78 /2022

3.20 ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL RODOVIÁRIO, GASÓLEO PARA OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES COLETIVOS DO BARREIRO;

A **Vereadora Maria João Regalo**, referiu que o concurso público seria efetuado num prazo de trinta e seis meses, e no valor de um milhão e seiscentos mil euros.

O **Deputado Nuno Chambel**, pediu esclarecimento sobre os dados de distribuição anual prevista para consumo de gasóleo mencionados no concurso, nomeadamente o incremento do valor previsto para dois mil e vinte e três, quando era suposto esse combustível estar a ser substituído, em função da nova frota.

A **Vereadora Maria João Regalo**, respondeu que nos Transportes Coletivos do Barreiro, ainda existiam algumas viaturas movidas a gasóleo, mas a maior parte do valor era para abastecer a frota da Câmara Municipal e que o aumento do valor em dois mil e vinte e três se devia à subida do preço do combustível.

O **Deputado Nuno Chambel**, estranhou que já fosse conhecido o valor do aumento do combustível em dois mil e vinte e três. Informou que o Grupo Municipal do CHEGA iria requerer ao Executivo a listagem das viaturas em funcionamento, operacionais ou não, quer da Câmara Municipal, quer dos TCB.

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, recomendou que, sem prejuízo de o Deputado requerer diretamente à Câmara Municipal, o fizesse ao Presidente da Assembleia Municipal, pois teria mais eficácia a sua tramitação.

A **Vereadora Maria João Regalo**, explicou que, só ao fim de seis meses se estaria ao abrigo do concurso, em dois mil e vinte e dois estavam contemplados apenas seis meses, motivo pelo qual duplicava em dois mil e vinte e três, em 2023. Mais explicou que a frota da Câmara Municipal continuava a ser movida a gasóleo e que estava incluído também o valor do gasóleo fornecido aos bombeiros.

O **Deputado Hugo Cruz**, considerou normal a necessidade de a frota da Câmara ainda ser movida a gasóleo e questionou se tinha sido equacionado no âmbito do concurso, associar alguns produtos para cobertura dos riscos de variação dos preços do combustível ao longo do ano.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, entendia que o PSD tivesse colocado a questão acerca da estabilização de preços, mas enquanto Presidente e com dinheiros públicos não o faria e lembrou o fim trágico de um operador que o tinha feito.

Colocado à votação o ponto 3.20 foi:

Aprovado por unanimidade, com votos a favor do PS(20), da CDU(6), do PSD(2), do BE(1) e do CHEGA (1) - Deliberação N.º 79/2022

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, pelo facto de ainda não serem vinte e quatro horas, questionou se podia interromper os trabalhos. Não houve objecção.

O Primeiro Secretário da Mesa, David Rodrigues, procedeu à leitura sucinta da Ata em Minuta, que foi, **aprovada por unanimidade – anexo XVII.**

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, submeteu à aprovação do Plenário a continuação da Sessão no dia vinte e um de janeiro de dois mil e vinte e dois, à mesma hora e no mesmo local que foi, aprovada por unanimidade. Informou que nesse dia, iria ser apresentado um conjunto de representações da Assembleia Municipal. A Conferência de Representantes consensualizara que os todos os deputados poderiam assumir as representações, mesmo sem posse, desde que pertencessem às listas de cada Grupo Municipal. Questionou se havia alguma objecção a esse procedimento. Não houve objecção. Pediu que fossem prontamente enviados aos Serviços da Assembleia, as listas de candidatos e explicou a forma como iria ser gerido o procedimento.

Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados, às vinte e duas e trinta e três minutos do dia dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e um.



Ao vigésimo primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas 21H00, no Auditório Manuel Cabanas, sito na Urbanização do Palácio de Coimbra, Rua da Bandeira, 2830-330 Barreiro, realizou-se a quarta Reunião da Sessão Ordinária de dezembro de 2021.

A Câmara Municipal esteve representada pelo Presidente da Câmara, Frederico Rosa, Vice-Presidente Rui Braga, Sara Ferreira, Rui Pedro Pereira, António Amaral, Maria João Regalo, Carlos Guerreiro, Maria Arlete da Cruz e Humberto Faísca.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, apresentou cumprimentos a todos, e enunciou os pedidos de suspensão e substituição.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pedidos de suspensão Assembleia Municipal
Filipa Pinto substituída por Joaquim Sousa Marques
Pedidos de substituição Assembleia Municipal
João Pintassilgo substituído por Joana Fonseca
Zélia Leal da Silva substituída por Nuno Soares
Carlos Pires substituído por Gonçalo Vilhena da Costa
Ana Teresa Xavier substituída por Joana Medeira
Dulce Reis substituída por Nuno Barata Nogueira
Susana Ramalho substituída por substituída por Ana Luísa Inácio
Antínia de Moraes substituída por Maria do Céu Costa
Pedidos de suspensão Câmara Municipal
Carlos Humberto, substituído por Humberto Faísca

Deu posse e as boas vindas aos Deputados Nuno Soares pelo PS e Nuno Barata pela CDU. Confirmou a existência de quórum com a presença de trinta deputados, conforme lista de presenças inserta na Ata, como **anexo XVIII**. Informou que a Câmara Municipal tinha solicitado a admissão de uma proposta com carácter de urgência, relativa ao Concurso Público para aquisição de gás liquefeito para os Serviços Municipalizados de Transportes Coletivos do Barreiro, e submeteu à aprovação do Plenário o seu aditamento, para apreciação na Reunião de janeiro. **Não houve objecção**. Coadjuvaram os trabalhos da Mesa, o Deputado David Rodrigues e a Deputada Marta Batista, respetivamente como primeiro Secretário e segunda Secretária da Mesa. Deu continuidade à Ordem de Trabalhos com o ponto:

3.9 1ª. REVISÃO ORÇAMENTAL – SMTCB;

O **Deputado Vítor Castro Nunes**, interpelou a Mesa para sugerir que os pontos de natureza tributária pudessem ser apresentados em conjunto, sem prejuízo da sua votação separada.

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, considerou apropriada a proposta do Deputado Vítor Castro Nunes, que seria debatida a seguir.

A **Vereadora Maria João Regalo**, informou que se tratava da inclusão do Saldo de Gerência de dois mil e vinte, no valor de quatrocentos e setenta e três mil, quatrocentos e cinquenta euros e vinte e três cêntimos

O **Deputado Carlos Moreira**, questionou o motivo da apresentação tardia da inclusão do Saldo de Gerência.

O **Deputado Vítor Castro Nunes**, pediu explicação sobre a locação dos valores do Saldo de Gerência ao gás natural liquefeito, e sobre a reafectação para anos subsequentes de valores que estavam afetos a despesas com pessoal, para combustíveis

A **Vereadora Maria João Regalo**, respondeu que a apresentação tardia da Revisão, se devia às Eleições. O reajustamento nas rubricas de combustíveis tinha a ver com o aumento de preço expetável a longo prazo.

O **Deputado Carlos Moreira**, não tinha ficado esclarecido com o motivo do atraso da apresentação do Saldo de Gerência.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa**, reconheceu igualmente que era tardio, mas não deixava de ser uma boa notícia, pois queria dizer que na execução do Orçamento de dois mil e vinte e um, não tinha sido necessário recorrer à introdução dessa verba para cabimentar rubricas.

O **Deputado Vítor Castro Nunes**, pediu melhor esclarecimento sobre as reafectações das dotações para dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro para combustíveis e o facto de o valor estar debitado em despesas de pessoal.

A **Vereadora Maria João Regalo**, informou que os gastos com pessoal tinham ficado abaixo do previsto, por motivo de reforma de pessoas com valores de vencimento mais altos, substituídos por outras com vencimentos mais baixos.

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, informou que o Grupo Municipal do CHEGA tinha apresentado dois requerimentos, um pedindo a listagem de participações em IPSS do Município do Barreiro, e outro pedindo dados mais detalhados do Orçamento. Ambos estavam aceites e iriam ser tramitadas para a Câmara Municipal. Mais informou que, face à situação que a Deputada Carla Aguiar Heleno lhe tinha apresentado, por uma questão de prudência, recomendara que não estivesse presente na Reunião, e não iria ser substituída.

Colocado à votação o ponto 3.9 foi:

Aprovado por maioria, com votos a favor do PS(19), da CDU(7) e do BE(1) e abstenção do PSD(2), e do CHEGA (1) - Deliberação N.º 80/2021

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, questionou o Plenário sobre adoção da proposta para apresentação conjunta e votação separada dos pontos 3.10 e 3.11, sugerida pelo Deputado Vítor Castro Nunes. Não houve objecção.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga**, disse que ambas as propostas seguiam a opção tomada pelo Executivo no ano anterior, em fixar a Derrama em um ponto quatro para empresas com lucro tributável acima dos centos e cinquenta mil euros, e manter o ponto trinta e oito do IMI, bem como o IMI Familiar.

O **Deputado Francisco Alves**, afirmou que nada tinha a dizer em relação à Derrama e iria votar favoravelmente. Já em relação ao IMI, o Bloco de Esquerda manteria a posição expressa aquando da última discussão da taxa, e manifestou surpresa pelo facto de o PS ter mantido o IMI Familiar, em vez de reduzir o IMI para todos os barreirenses, portanto um cunho ideológico que não poderia acompanhar.

O **Deputado Nuno Chambel**, referiu que o Grupo Municipal do CHEGA estava contra a proposta da Derrama, porque não dava às empresas um sinal de mudança de paradigma no Concelho. Igualmente estava contra a proposta do IMI por considerar que, apesar do respeito pelo equilíbrio orçamental em termos de impacto, havia margem para o reduzir.

O **Deputado Vítor Castro Nunes**, em nome do Grupo Municipal do PSD, recomendou à Câmara que desenvolvesse um Regulamento de Isenção de Impostos e outros Tributos Próprios, pois a sua falta limitava as competências da Câmara e da Assembleia Municipal em matéria tributária. Ficou disponível para ajudar e participar. Assinalou que o PS não tinha trazido à apreciação, uma eventual devolução da participação variável do Município no IRS aos contribuintes residentes no Barreiro. Exemplificou com o Município de Lisboa e convidou o Executivo a contemplar isso, em futuros orçamentos. Considerou insatisfatória a proposta da Derrama, não tinha tido em conta a proposta do PSD no ano



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para redução e a reformulação do regime, apresentada no ano anterior, pelo que iria votar contra. Comentou a situação de alguns concelhos vizinhos em relação a esta matéria. Saudou a manutenção do IMI Familiar, proposto pelo PSD, censurou o agravamento da tributação de imóveis devolutos ou degradados, fundamentou os motivos e declarou que o PSD se iria abster na votação.

O Deputado Carlos Moreira, em nome do seu Grupo Municipal congratulou-se pelo facto de a redução da Derrama se ter mantido em valores que remontavam ao início da segunda década do milénio, propostos pela CDU. Na Câmara Municipal a CDU tinha colocado a possibilidade de um IMI de zero trinta e sete e apresentado cálculos, por entender que face ao Orçamento e ao valor recebido do IMI, seria justo uma redução, pelo que não iriam votar favoravelmente, a taxa de zero trinta e oito. Pediu ao Presidente da Assembleia Municipal para autonomizar o documento em relação à taxa.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, pediu ao Deputado Carlos Moreira para o deixar refletir na sugestão, em termos de legislação, mas assim de imediato considerava mais prudente que a CDU apresentasse uma proposta de alteração, em vez de estar a esquartejar uma proposta da Câmara.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, opinou que deveriam ser feitas algumas reflexões sobre as questões tributárias, pois todos queriam melhores serviços públicos em transportes, em higiene urbana, mais espaços verdes, mais investimento com obras que melhorassem a qualidade de vida e ao mesmo tempo queriam melhores condições em educação e noutras áreas de proximidade. Considerando que todos os munícipes deveriam ser desonerados de forma solidaria e justa, sempre que as receitas o permitissem, questionou quantas pessoas teriam coragem de defender o aumento dos impostos, quando as receitas que tinham tido flutuações positivas, deixassem de o ter. Pessoalmente preferia ter receitas para ter um serviço público melhor, do que hipotecar receitas. Considerou legítima a intervenção do Deputado Vítor Castro Nunes em relação aos imóveis devolutos ou degradados, era a sua convicção de sociedade, mas assim, de uma forma simplista iria ser desagravado quem não precisava e não estava disponível para isso. Já no passado todos, incluindo ele próprio, tinham dado passos que não tinham sido os mais inteligentes do ponto de vista da equidade social. Deixou à Câmara Municipal a reflexão de no futuro, desagravar quem efetivamente precisasse, porque os outros tinham que contribuir para ter uma Cidade com serviços públicos melhores, era a sua opinião enquanto Eleito do Partido Socialista.

O Deputado Vítor Castro Nunes, em nome próprio e do seu Grupo Municipal protestou por terem sido acusados de insensibilidade social, de irresponsabilidade orçamental e de não saberem que os serviços públicos tinham de ser financiados. Disse que o Presidente da Assembleia Municipal e os socialistas em geral e tendencialmente, não conseguiam ver que a tributação do rendimento das pessoas coletivas captava investimento e em função disso, a taxa baixava e aumentava a receita.

O Deputado Isidro Heitor, afirmou que os socialistas sabiam gerir e com equilíbrio, sabiam o que era o interesse público e o que era necessário fazer para bem das populações, mas também sabiam que para tudo isso, eram necessários recursos financeiros. Comentou que o assunto do IRS deveria ser visto sem demagogia e achou curiosas as mudanças de posição assumidas por algumas bancadas, que estando na oposição, também já tinham estado no executivo, e fundamentou. Pronunciou-se sobre as intervenções feitas em relação à Derrama e considerou que a proposta apresentada era equilibrada e ajustada ao Município. Afirmou que, eventualmente, estaria na altura de ponderar alguns fatores, que enunciou. Lembrou a queda significativa que o Município



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinha tido em termos de impostos em dois mil e dezanove e dois mil e vinte e considerou como equilibrada, a proposta apresentada sobre o IMI. Pessoalmente defendia, uma baixa generalizada do IMI, em detrimento do IMI Familiar, mas a sua implementação estava a caminhar para a generalidade dos municípios e era transversal a todas as cores políticas. Registou que o PS defendia o agravamento do IMI para os imóveis devolutos por ser contra a especulação, e defendia a criação de políticas no sentido de incentivar a colocação dos imóveis no mercado.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga, afirmou que tinha ficado estupefacto por estar a assistir a um debate em que alguns deputados tinham falado de competitividade e criação de novos regulamentos, ignorando o Regulamento ao Incentivo ao Investimento e à criação de Postos de Trabalho, que era a melhor ferramenta que o Barreiro tinha no Arco Ribeirinho Sul, pois combinava isenções no IMT, nas taxas de construção, no IMI e na Derrama e atraía níveis de competitividade maiores, do que em quase todos os municípios falados. Deu como exemplo o acolhimento à Trivalor, cujo processo estava em reta final. Na sua ótica, a Assembleia deveria ter os olhos postos no Regulamento por forma a que o pudesse melhorar, alargar e saber os resultados que ele estava a ter. Em relação aos cinco mil fogos devolutos existentes no Barreiro, era necessário para travar a especulação imobiliária, fazer as majorações com o objetivo final de estimular os seus proprietários a fazer obras se necessário, colocar no mercado e isso também tinha acolhimento no Regulamento ao Investimento. Também concordava com a descida de impostos, mas de forma equilibrada, tendo em conta a Cidade que se pretendia e a receita do Município, tudo o resto que tinha ouvido era partidarite e um não sei quê de populismo.

O Deputado Pedro Almeida, argumentou algumas intervenções havidas, conforme o documento inserto na Ata como **anexo XIX**.

O Deputado Vítor Castro Nunes, protestou pelo facto de o Deputado Pedro Almeida ter acusado de inconsequente e irresponsável a proposta de redução limitada da carga tributária no Barreiro para captar mais investimento. “E dizer que isso é o que o PSD faz, quando o PSD teve que aumentar impostos por causa da incompetência do Partido Socialista e do Governo do Engenheiro José Sócrates, isso sim, isso é que absolutamente inadmissível.”, concluiu.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, informou o ponto de situação dos tempos de intervenção usados por todo os Grupos Municipais, deu a palavra ao Deputado Vítor Castro Nunes para interpelar a Mesa em relação à discussão conjunta dos dois pontos e votação separada, e lembrou que sempre que tinha havia fusão de pontos, havia também fusão das grelhas.

O Deputado Vítor Castro Nunes, efetivamente, o PSD tinha proposto o tratamento conjunto das matérias por uma questão de organização de meios e debate mais amplo e esclarecedor, mas não se atreveriam a tirar tempo a ninguém. Afirmou que, o Presidente da Assembleia tinha feito uma interpretação que, mais uma vez restringia tempos, não permitindo o debate normal de matérias com aquela importância.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, absteve-se de comentar a intervenção do Deputado Vítor Castro Nunes, explicou o porquê da interpretação feita em relação à atribuição de tempos e referiu que de futuro só iria propor fusão dos pontos, se houvesse fusão de grelhas. Assim, iria colocar à votação se o Plenário pretendia continuar a aplicar o método que considerava justo e apropriado, ou aplicar aritmeticamente aquilo que tinha sido a vontade popular.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Deputado Carlos Moreira**, interpelou a Mesa por considerar que a votação iria criar divisões por uma questão administrativa e de condução dos trabalhos que cabia ao Presidente da Assembleia, deveria ser encontrada uma solução de consenso.

O **Deputado André Brás dos Santos**, interpelou a Mesa para manifestar o seu desagrado por aquilo que estava a ser posto, pois conforme o Presidente da Assembleia tinha dito, a Bancada do Partido Socialista estava a ser altamente prejudicada em não se aplicar a soma aritmética, enquanto eleito estava a ver o seu tempo de intervenção reduzido, mas não iria pedir uma conta aritmética e frisou o seu voto de confiança ao método que o Presidente da Assembleia Municipal estava a utilizar.

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, agradeceu as interpelações feitas, considerou sóbria e consciente a sugestão do Deputado Carlos Moreira, pelo que, atenta a mesma não iria colocar à votação. Explicou o que o tinha conduzido àquela posição.

O **Deputado Carlos Moreira**, comentou as intervenções feitas pelos Deputados André Pinotes Batista, Isidro Heitor e André Brás dos Santos, em relação ao IMI. Confessou que não o tinha lido o Regulamento com base no qual o Vice-presidente estava a centralizar a discussão da Derrama e do IMI e aconselhou-o a que não o fizesse. Para a CDU a Derrama estava aceite, no IMI a questão era a proposta de descer de zero trinta e oito, para zero trinta e sete, pois beneficiaria muitos barreirenses e não iria impactar o Orçamento. Para a CDU o objetivo final do aumento das majorações deveria ser melhorar a qualidade de vida da habitação, e não o de colocar as casas no mercado.

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, reafirmou a convicção de que seria melhor a CDU apresentar uma proposta de alteração, do que votar de forma desagregada, conforme declaração do Grupo Municipal do PS, inserta na Ata como **anexo XX**.

O **Deputado Vítor Castro Nunes**, interpelou a Mesa para afirmar que seria mais vantajoso deliberar sobre a proposta do IMI e eventual proposta de alteração da CDU, antes da discussão do Orçamento, pois na eventualidade de ser aprovada, iria prejudicar o Orçamento.

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, respondeu que não prejudicava, pois, o Orçamento era um documento provisional e fundamentou. O Deputado Carlos Moreira na altura certa diria se iria querer apresentar a proposta de alteração, ou se tinha sido apenas uma posição política.

O **Deputado Gonçalo Vilhena da Costa**, comentou a intervenção do Deputado Vítor Castro Nunes, conforme **anexo XXI**.

O **Deputado André Brás dos Santos**, afirmou que não conseguia dirimir o facto o Deputado Carlos Moreira achar que a crise do COVID não era pesada em termos económicos e sociais, quando se adivinhava de difícil recuperação. Felizmente haveria ferramentas a nível europeu como o PRR, mas a situação poderia estar bem melhor se não fosse o chumbo do Orçamento e a crise que tinham gerado.

O **Deputado Carlos Moreira**, já tinha dito que, ou o entendiam mal ou tentavam interpretar mal, pois em nenhum momento tinha dito não haver crise económica e social com o COVID. Argumentou as afirmações feitas pelo Deputado André Brás dos Santos.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Deputado Isidro Heitor, confessou que não estava a entender a forma como o debate estava a decorrer. Um membro da Bancada da CDU tinha falado de uma proposta de três vírgula sete, sem apresentar nenhum documento alternativo. Desafiou-o a que dissesse claramente, as implicações dessa proposta na do IMI Familiar.

O Deputado Carlos Moreira, respondeu que a proposta da CDU era manter a atual proposta do Município, baixando de zero trinta e oito para zero trinta e sete, mencionou a implicação orçamental da medida e informou que iriam apresentar a proposta na altura certa.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga, tinha recentrado o debate no Regulamento, por achar impensável ignorá-lo quando se falava de Derrama e de competitividade da Cidade. Aconselhou o Deputado a lê-lo. Comentou a argumentação apresentada pela CDU sobre a descida do IMI e a visão minimalista em relação à crise financeira que o COVID estava a provocar no mundo inteiro, já registada como a maior quebra do PIB desde mil novecentos e cinquenta e quatro. Comentou igualmente as implicações orçamentais que tinha falado, frisou que quer a proposta da Derrama, quer a do IMI visavam o equilíbrio financeiro do Município e fundamentou. Não tinha percebido o comentário do Deputado sobre os devolutos. Explicou o porquê da expressão, "interesse em colocá-los no mercado". Concluiu que os devolutos eram um problema no Barreiro, uma matéria que deveria ser de preocupação de todos, e esperava que a CDU estivesse ao lado do combate que o Executivo iria travar no Mandato em curso.

O Deputado Carlos Moreira, contestou a forma com que o Vice-presidente se tinha referido às suas intervenções. Comentou as posições que o PS estava a ter, com as que tinha assistido no Executivo em dois mil e nove, numa situação de maior aperto, em relação à situação manifestamente melhor que estava a ser vivida. Formulou a apresentação da proposta de redução da Taxa de IMI para zero trinta e sete, por a considerar justa e iriam votar a par da proposta apresentada pelo Executivo.

O Deputado Isidro Heitor, naquele momento já estava a entender politicamente a proposta da CDU, mas o normal deveria ter sido a sua apresentação por escrito. Acrescentou que a aprovação da mesma faria com que em dois mil e vinte e dois, o Município viesse a receber menos de IMI do que há vários anos atrás, nomeadamente naqueles em que o Deputado tinha falado de crise.

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, registou que a sua intervenção se devia às seguintes incoerências: - se ter desvalorizado a maior queda do PIB em democracia e fundamentou; - o Deputado Carlos Moreira estar tão preocupado em pôr o dinheiro do lado dos barreirenses, quando em dois mil e doze, enquanto Vereador com a pasta das finanças, tinha deixado um prazo de pagamento a fornecedores, de quinhentos e vinte e três dias, quando atualmente era a dez dias, e fundamentou; - por a CDU quando tinha tido responsabilidade, não tinha baixado o IMI, a Derrama, nem o IRS e fundamentou. Reafirmou a posição de, no momento, não ser a favor de baixar as participações no IRS e explicou porquê. Pediu coerência, pois estava para ser feita a discussão do Orçamento da Câmara e dos SMTCB e não se podia estar a fazer a apologia de baixar tudo e depois pedir investimento. Concluiu que havia um caminho a fazer em relação ao IMI, até com a questão dos devolutos, para se ter uma maior base contributiva, mas passo a passo de forma equilibrada e sustentada.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Deputado Carlos Moreira**, apresentou um pedido de defesa da honra, ao ter sido mal visado pelo Presidente da Câmara em relação ao prazo de pagamento a fornecedores, pois tinha saído em dois mil e treze, já com a execução do PAEL e com muito menos dias de dívidas a fornecedores.

O **Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa**, respondeu que o Deputado estava enganado, pois o último ano de Mandato completo tinha sido em dois mil e doze, em dois mil e treze não tinha fechado o ano orçamental.

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, relembrou que a votação dos pontos seria feita de forma separada e, iria aclarar a situação da proposta da CDU antes da votação.

3.10 FIXAÇÃO DA TAXA DE DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL DE 2021 A COBRAR NO ANO DE 2022;

Colocado à votação o ponto 3.10 foi:

Aprovado por maioria, com votos a favor do PS (19), da CDU (7) e do BE (1) e votos contra do PSD (2), e do CHEGA (1) - Deliberação N.º 81/2021

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, informou que a proposta apresentada de forma verbal pela CDU tinha o mesmo valor da forma escrita e visava alterar o ponto 1 da proposta que fixava a Taxa do IMI, para zero tinta e sete.

3.11 TAXA DE IMI A APLICAR NO ANO DE 2021 E A COBRAR EM 2022, E MAJORAÇÕES E MINORAÇÕES RESPEITANTES À TAXA FIXADA – GU/2020/7;

Foram submetidas a votação as duas propostas alternativas:

A da Câmara Municipal do Barreiro, foi:

Aprovado por maioria, com votos a favor do PS(19), e abstenção da CDU(7), do PSD(2), do BE(1) e do CHEGA (1) - Deliberação N.º 82/2021

A do Grupo Municipal da CDU, foi:

Reprovada com votos a favor da CDU (7) e do BE(1), abstenção do PSD(2) e do CHEGA (1) e votos contra do PS(19)

O **Deputado Vítor Castro Nunes**, declarou que a o Grupo Municipal do PSD, no ano anterior se tinha absterido na votação da Derrama e desafiado o Executivo a apresentar uma proposta de redução e, por não ter acontecido tinha votado contra. A proposta do IMI apesar de acolher pontos positivos propostos pelo PSD, tinha o ponto negativo do agravamento e por isso se tinham absterido. Igualmente se tinham absterido na proposta da CDU, por também não estarem suficientemente esclarecidos.

O **Deputado Francisco Alves**, declarou o sentido de voto do Grupo Municipal do BE ao IMI, procedendo à leitura do documento inserto na Ata como **anexo XXII**.

O **Deputado José Luís Ferreira**, declarou que a intenção do Grupo Municipal da CDU era votar contra, apenas a proposta do valor da Taxa do IMI e a favor o restante que a proposta continha, mas tal não tinha sido possível do ponto de vista legal e, a solução que apresentara não tinha passado.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3.12 GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO, NORMAS DE EXECUÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DO BARREIRO PARA 2022;

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, referiu sumariamente que o Orçamento rondava o valor de cerca de sessenta e cinco milhões, oitenta por cento correspondia a receita corrente, que era uma subida de seis por cento face a dois mil e vinte e um. Os impostos diretos representavam vinte e seis por cento do Orçamento, com um aumento de quatro vírgula seis acima do ano de dois mil e vinte e um, registava-se uma diminuição de três pontos e meio no IMI, um aumento de cerca de quarenta e dois por cento no IMT, um aumento de cerca de um por cento no IUC, e um aumento de cerca de oitenta e cinco por cento na Derrama. Nele estava refletido o valor das Transferências do Estado correspondente ao ano transato, mas conforme indicação da DGAL o seu aumento iria ser de trezentos e cinquenta mil euros. As receitas de capital tinham diminuído cerca de trinta e três face a dois mil e vinte e um, as despesas de capital de igual forma e explicou o porquê. A despesa corrente representava sessenta e cinco por cento, estando a do pessoal abaixo dos cinquenta por cento, representando trinta por cento do Orçamento total. Enunciou as obras mais significativas previstas nos grandes investimentos. Não fugia da linha orçamental dos anos anteriores, com aumentos na educação, na cultura, no movimento associativo, na requalificação e renovação da Cidade, e não poderia ser outro, depois de os barreirenses terem dito em massa, que era o caminho que queriam continuar a prosseguir.

O Deputado Francisco Alves, colocou algumas situações nomeadamente o facto de o Orçamento não trazer quase nada sobre o envelhecimento do parque escolar e a descentralização de competências que e avizinhava. Registou com agrado a situação da tarifa Social da Água e sugeriu que a próxima Informação Escrita pudesse ter um quadro que evidenciasse os reflexos da medida para os barreirenses. Pediu melhor explicação sobre as medidas previstas para reabilitar fogos de habitação social e sobre a construção de habitação para arrendamento a rendas acessíveis. Referiu que o Orçamento não valorizava reforço da verba para o Orçamento Participativo, em esboçava nada em relação à gratuidade nos SMTCB, para maiores de sessenta e cinco anos, para desempregados e estudantes. Mais referiu que não tinha visto nada em relação a candidaturas a fundos europeus, para cidades ambientalmente neutras até dois mil e trinta.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, informou que no início de janeiro, antes da Reunião de Assembleia seguinte, iria convocar a Conferência de Representantes para definir as grelhas de tempo até haver Regimento.

O Deputado Carlos Moreira, tinha ficado com a expectativa de que o documento pudesse conter uma maior definição das linhas estratégicas do Orçamento, tinha ficado só com a visão macroeconómica. Referiu que no entendimento do Grupo Municipal da CDU, as GOP eram pouco clarividentes e justificou. Manifestou preocupação com um conjunto de rubricas abertas com poucos montantes, e com a redução das receitas de investimento. Colocou um conjunto de questões na área do desenvolvimento, dos serviços, da requalificação do espaço público e dos equipamentos municipais e nas questões sociais, sobre as quais pediu esclarecimento. Teceu comentários sobre algumas opções inseridas no Orçamento, e concluiu que o mesmo apresentava pouca clarividência e muita dependência relativamente a verbas externas, refletindo assim, falta de capacidade para investir.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Deputado Nuno Chambel**, apontou alguma escassez de informação em relação ao aclamado Plano de Desenvolvimento Turístico, e em relação ao Parque Industrial da Baía Tejo. Referiu agrado com o ponto de situação da Esquadra da PSP e chamou a atenção o Posto da GNR de Santo António. Relativamente ao Orçamento manifestou preocupação em relação à despesa corrente, e já tinha pedido à Mesa, através de requerimento a decomposição mais detalhada de rubricas quer na receita, quer na despesa corrente.

O **Deputado André Brás dos Santos**, destacou o investimento feito nos últimos quatro anos, no Serviço Municipal de Proteção Civil, novamente pautado no Orçamento, com um aumento de cento e vinte mil euros. Igualmente destacou o aumento para os Bombeiros que contavam com apoio superior a meio milhão de euros. Felicitou o investimento na digitalização dos serviços para uma melhor resposta à população, a vontade de intervir na habitação social, na reabilitação do telhado do Pavilhão Luís de Carvalho, nos bicicletários junto às escolas, na melhoria da mobilidade e das acessibilidades, no reforço da manutenção dos espaços verdes, que enunciou. Frisou que no Orçamento estava contemplada a maior verba de sempre, para a Juventude e para o Empreendedorismo e manifestou agrado pelo aumento da verba do associativismo, no Arquivo e na Biblioteca Municipal do Barreiro, bem como pelo incremento em medidas de emergência energética e, questionou que medidas estavam previstas.

O **Deputado Vítor Castro Nunes**, avaliou como positivos alguns aspetos do Orçamento, ressaltou e louvou a continuidade do investimento em áreas que no passado tinham sido desenvolvidas por Vereadores do PSD, e enunciou-as. Revelou preocupação pelo baixo valor da rubrica aberta da habitação social, e de se estar a apostar muito nas candidaturas do PRR para desenvolver uma política de habitação. Questionou com que bases estava orçamentado o valor das taxas de construção, e o que se intencionava fazer em caso de alguma dificuldade financeira nos TCB. Mais questionou qual o valor de investimento em matéria de segurança, no reforço da fiscalização e na verba dotada à tecnologia, qual o valor destinado a dotar os trabalhadores do Município em teletrabalho.

O **Deputado Pedro Almeida**, afirmou que o Orçamento ficava marcado pela conclusão das empreitadas iniciadas no Mandato anterior e enunciou-as. Valorizou as obras de infraestruturas e de requalificação urbana que estavam projetadas, e enunciou-as. Continuou a sua intervenção com base no documento inserto na Ata como **anexo XXIII**.

O **Deputado Isidro Heitor**, efetuou a sua intervenção conforme **anexo XXIV**.

O **Deputado André Carmo**, interveio conforme documento inserto na Ata como **anexo XXV**.

O **Deputado Pedro Almeida**, conforme tinha dito na intervenção anterior, era natural que um Orçamento marcado pela conclusão de empreitadas já iniciadas em mandatos anteriores, visse essas verbas com valores inferiores em relação aos orçamentos anteriores. Pronunciou-se sobre os valores orçamentados para a área da cultura, e o reforço do orçamento para a juventude. Fez comparação entre o contraste da política do atual Executivo com a política de mandatos anteriores, em iguais contextos de crise.

A **Presidente da Junta da União de Freguesias de Palhais e Coina, Naciolinda Silvestre**, manifestou agrado pelas mais valias com que estavam a ser dotadas as freguesias, para um melhor trabalho de descentralização, com melhores condições e melhor apetrechadas para fazer o seu trabalho.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputado José Luís Ferreira, referiu que os seus colegas de Bancada já tinham dado a conhecer os motivos que levavam a CDU a votar contra o Orçamento, mas ainda assim quis acrescentar algumas notas, conforme intervenção inserta na Ata como **anexo XXVI**.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, para não fazer intervenção, pediu que fosse feita referência na Ata, á Declaração de Voto de que tinha sido autor sobre as razões que tinham levado o Grupo Parlamentar do PS a chumbar a iniciativa referida pelo Deputado José Luís Ferreira, **anexo XXVII**.

O Vereador Rui Pereira, referiu que no Orçamento estavam contempladas verbas para continuação do trabalho que vinha sendo desenvolvido no Sapal de Coima e estavam lançados vários desafios, contando para isso com uma equipa muito motivada. Também estava a ter continuidade a melhoria da eficiência energética não só no movimento associativo, bem como nos edifícios camarários, tendo já sido pedido um levantamento da situação dos mesmos. Fez um reparo ao Deputado Francisco Alves sobre a questão da fatura da água.

O Deputado Francisco Alves, “há pouco disse e repito, os mitos urbanos são para desmontar. Aconselho todos aqueles que tiverem dúvidas em relação à Tarifa Social da Água e a posição do Bloco de Esquerda e à Moção que foi apresentada muito antes desta discussão ser aprovada, para consultarem, e acabou. Acabou a discussão, não há mais nada a dizer.”, disse.

A Vereadora Sara Ferreira, respondeu ao Deputado Francisco Alves que a requalificação do Parque Escolar tinha sido sempre, uma preocupação constante ao longo do Mandato anterior, não só dos edifícios, mas também da dotação de equipamento e mobiliário para as salas de aula. Essa preocupação mantinha-se para dois mil e vinte e dois, expressa na verba inscrita no Orçamento. Relativamente ao PRR e às questões sociais colocadas pelo Deputado Vítor Castro Nunes, explicou que os recursos estavam a ser geridos com a expectativa de um apoio a cem por cento, com os instrumentos europeus, como era o caso alojamento de emergência, o Primeiro Direito e as Residências para Estudantes e outros que já estavam na calha. Respondeu ao Deputado André Carmo que a GOP da Qualidade de Vida tinha baixado trinta e cinco por cento, por já não constar o valor da obra da Escola 3, concluída e a funcionar. Acrescentou que o Deputado poderia ficar descansado, pois nas áreas da educação, cultura, social e associativismo, que sempre tinham sido da preocupação do Partido Socialista, as verbas tinham aumentado de forma significativa.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga, respondendo sobre a construção do Centro de Saúde, comentou que a CDU sempre tinha tido uma postura de reivindicação junto do Governo, visão política que o Executivo não acompanhava, pois, o Centro de Saúde que estava espelhado no Orçamento a cem por cento, iria ser construído e eventualmente viria a ser financiado pelo PRR. Igualmente comentou as críticas feitas em relação à recolha dos resíduos sólidos e à estratégia apontada pela CDU para as ultrapassar, que não tinha implementado, deixando a frota degradada até ao seu limite. Frisou que a visão do Executivo era completamente oposta e continuava a evoluir com a experiência piloto da recolha bilateral. Acusou a CDU de ter posições ambíguas em relação aos arredamentos a terceiros, pois estavam contra as opções do Executivo em relação ao Armazém de Víveres, ás instalações do Lidl e à START UP, quando também tinha optado por pagar renda e fazer investimento na Baía do Tejo. Frisou que estavam a leste de toda a discussão que tinha havido sobre o projeto do Armazém de Víveres e o destino que se pretendia dar ao mesmo, rejeitou a tentativa de



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

denegrir o que representava a START UP e fundamentou. Comentou como curioso que não se tivesse falado do projeto de investimento de cinco milhões de euros, espelhado no Orçamento, que iria renovar integralmente as infraestruturas do Barreiro Velho, transformando em realidade uma promessa.

O Deputado Carlos Moreira, respondeu que visões eram visões e que a do Executivo, no ponto de vista da CDU era criticável, mas não combatível. Frisou que a CDU continuava a entender que a construção do Centro de Saúde era da responsabilidade do Governo Central e que no Orçamento deveriam estar espelhadas as grandes acessibilidades inter-regionais, nomeadamente TTT, Metro Sul do Tejo e Ponte rodoviária para o Seixal. Citou um poema para deixar a mensagem de que o sonho comandaria sempre a vida, e a CDU sonhava com uma terra mais justa, mais fraterna e onde todos se pudessem entender.

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, comentou que o Deputado Carlos Moreira tinha citado muito bem a poesia e tinha caído bem dado o adiantado da hora. Disse ao Deputado José Luís Ferreira que as rubricas abertas que estavam refletidas no Orçamento, faziam parte de uma estratégia, sinalizavam opções e contradizia em absoluto os argumentos de falta de estratégia referidos pelo Deputado André Carmo. Enunciou as opções, nomeadamente as que já estavam a ser trabalhadas. Tinha percebido o argumento político, mas era um grande erro dizer que o Orçamento estava dependente. Exemplificou com as verbas destinadas às infraestruturas e requalificação urbana do Barreiro Velho, com as verbas para resolver finalmente depois de décadas, o problema das Quinta das Canas e do seu Bairro, do Armazém de Víveres, da USF do Alto do Seixalinho e a requalificação urbana do Largo da Santinha. Frisou ao Deputado André Carmo que não havia nem iria haver verba no Orçamento para a Terceira Travessia, nem para o alargamento da linha do Metro, nem para o novo aeroporto. Os barreirenses não se sentiam defraudados porque sabiam que iria haver obra, investimento e intervenção. Confessou que tinha ficado estupefacto com a afirmação do Deputado Carlos Moreira de que a CDU era contra o arrendamento e investimento em espaços alheios, quando tinha alugado e feito obra no Espaço Memória, e ainda por cima quando até dois mil e dez, a Câmara Municipal do Barreiro tinha pago à Baía do Tejo, cento e oito mil euros de aluguer de instalações da SOTINCO para serviços operacionais que ninguém tinha visto, e era ele o Vereador responsável pela pasta das Finanças. Terminou afirmando que havia investimento na START UP e no armazém de Víveres, mas haveria obra, a CDU tinha feito investimento, mas não se tinha visto obra.

Colocado à votação o ponto 3.12 foi:

Aprovado por maioria, com votos a favor do PS(18), abstenção do PSD(2), do BE(1) do CHEGA (1) e votos contra da CDU(7) - Deliberação N.º 83/2021

O Deputado Francisco Alves, declarou o motivo da abstenção do Grupo Municipal do BE, conforme documento inserto na Ata (onde, em vez de “iremos optar pela abstenção”, se deverá ler “votamos pela abstenção”). **anexo XXVIII.**

3.13 GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL 2022 - SMTCB;

A Vereadora Maria João Regalo, informou que o valor do Orçamento era de doze milhões quatrocentos e quinze mil euros, grande parte distribuído pelas rubricas de pessoal, gás, gasóleo e materiais diversos que totalizavam cinquenta e seis por cento da despesa. Estava previsto investimento na aquisição de dois autocarros de turismo, no mercado de ocasião e na aquisição de software informático, onde estava incluído o novo



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sistema de bilhética. Estava contemplado um reforço na formação, prevista a adaptação das oficinas à especificidade dos veículos a gás e a renovação do Sistema de Gestão de Qualidade, ambicionando-se a Certificação Ambiental.

O Deputado Francisco Alves, questionou quantos trabalhadores precários existiam, nomeadamente motoristas, quantos seriam admitidos a breve prazo, pois enquanto houve precariedade o Bloco de Esquerda votaria contra, não pelo valor nem pela importância que os TCB tinham para população do Barreiro e dos concelhos limítrofes, mas apenas por isso. Questionou também o ponto de situação da medida que tinha sido anunciada pelo anterior Vice-presidente João Pintassilgo, sobre a habilitação da carta de pesados a assistentes operacionais que pretendessem enveredar na carreira de motoristas.

O Deputado André Carmo, interveio conforme documento que se encontra inserto na Ata como **anexo XXIX**.

O Deputado André Brás dos Santos, comentou que os seus antecessores não deviam ter visto que, no Quadro de Pessoal iriam ser introduzidos mais dezoito trabalhadores por tempo indeterminado, dando continuidade assim à estratégia política de contratar a tempo determinado, mas com vista a integrar no Quadro. No Orçamento estava plasmada preocupação com os trabalhadores e com o trabalho. Pediu informação sobre quilometragem das dez viaturas que estavam para ser alienadas e do aumento da contribuição da Moita pelo volume de negócio relativamente ao transporte para o concelho limítrofe.

A Deputada Joana Medeira, saudou todos os trabalhadores dos TCB pela sua entrega ao serviço, sobretudo no período de pandemia. O Grupo Municipal do PSD acreditava que os TCB teriam de se adaptar ao novo ecossistema de mobilidade e saudava o compromisso patente no Orçamento, de investimento ao nível da formação e das novas tecnologias até a nível da bilheteira. Notavam que havia alguma falta de fiabilidade e algumas queixas perante alguns utilizadores dos transportes públicos, criando um entrave ao desenvolvimento ambicionado. Perguntou se estava programada alguma intervenção para renovação e melhoria das condições das paragens, se existiam estratégias para promover e incentivar a utilização dos TCB e a que concelhos vizinhos e em que condições iriam ser feitos os acordos de alargamento da oferta de serviços.

O Deputado Francisco Alves, pretendeu deixar bem claro que a única divergência que o Bloco de Esquerda em relação aos TCB era a questão da precariedade e da sua manutenção, era inadmissível o tipo de contratação que estava a ser feito, de resto estava de acordo com tudo e reconhecia a sua importância daquele serviço.

O Deputado Nuno Chambel, enalteceu a requalificação do espaço oficial e todo o investimento que iria ser feito, enalteceu também o reforço na frota do turismo, esperando que tivesse sido uma boa opção a aquisição no mercado de ocasião. Em relação ao Orçamento tinha observado um substancial aumento dos valores dos combustíveis, fruto da estratégia nacional e da má regulação do preço dos combustíveis. Questionou o porquê do diferencial de valores existente de dois mil e vinte e um para dois mil e vinte e dois, na rubrica Fornecimentos, da Demonstração de Resultados.

O Deputado Vítor Castro Nunes, o Grupo Municipal do PSD estava preocupado com a redução de receitas dos TCB e com o agravamento da pandemia e pretendia saber se estava pensado algum plano de contingência para enfrentar dificuldades que pudessem daí advir. Pediu explicação pelo facto de a Vereadora ter dito, aquando da discussão da



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Revisão Orçamental que tinham reduzido as verbas de pessoal, e no Orçamento se registar um aumento. Pediu mais e melhor informação sobre a expansão para concelhos vizinhos e sobre os dois veículos turísticos, nomeadamente o tipo de respostas que iriam dar e a quem iriam servir.

O Vereador Rui Pereira, quis esclarecer algumas afirmações feitas, nomeadamente que, o período experimental na carreira de motorista não era de cento e oitenta dias, mas sim de noventa, que desde dois mil e nove que nos TCB existiam contratos a termo certo e que não tinham despedido ninguém em tempo de pandemia, tinham salvaguardado as suas obrigações junto dos motoristas, e os que estavam a termo, após concurso tinham passado para contrato sem termo. O grande problema da carreira de motorista era lutar pela criação da carreira de agente único. Frisou que precariedade não era o contrato a termo, mas sim o recibo verde, e quando o Executivo Socialista tinha chegado havia recibos verdes nos TCB, e essa precariedade tinha sido resolvida. Deixou uma palavra de apreço à grande família TCB por ter marcado o Barreiro na Península e em Portugal inteiro, pois durante a pandemia, ao contrário dos privados não tinham parado, apenas abrandado a sua atividade.

A Vereadora Maria João Regalo, informou que eram dezassete os contratos a prazo e no Quadro de Pessoal estava reservado lugar para todos, com contratos a tempo indeterminado. As viaturas usadas eram de dois mil e quatro a dois mil e nove, com seiscentos a oitocentos mil quilómetros. Com as viaturas de turismo pretendia-se retomar o serviço que por tradição era prestado pelos Transportes Coletivos, ao associativismo e transporte de crianças e estavam capacitados com os requisitos exigidos. A maior promoção era o passe metropolitano e apostar cada vez mais na qualidade do serviço, com mais carreiras e mais horários, sempre que possível. Em termos de alargamento de prestação de serviço, eventualmente seriam feitas alterações aos percursos já feitos no Município da Moita.

O Deputado José Luís Ferreira, afirmou que o período de contrato experimental não era de noventa dias e sim de cento e oitenta, por alteração que o PS tinha feito com o PSD. Perguntou para quando estava prevista a integração dos trabalhadores com contrato a termo no Quadro de Pessoal.

A Vereadora Maria João Regalo, respondeu que, conforme estava no Orçamento seriam integrados em dois mil e vinte e dois e também estava a abertura de concurso para novos motoristas.

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, recordou que desde sempre tinha defendido como imperioso para a sustentabilidade dos TCB, que o Governo criasse uma carreira própria especializada, para motorista de transporte rodoviário de passageiros, necessidade agravada ainda mais, pois em junho de dois mil e vinte e dois iriam começar os primeiros lotes da operação metropolitana, exigindo mais autocarros e motoristas e obviamente que, a melhor fonte de recrutamento era onde os salários fossem mais baixos por carreira. Acrescentou que era um tema premente sempre que se discutisse o futuro dos TCB, e que a sua estratégia se inseria na estratégia metropolitana, com o passe, o aumento de rotas e da oferta. Para a sua sustentabilidade era imprescindível que os apoios continuassem e ver por quanto tempo, bem como acompanhar a evolução da situação pandémica. Pronunciou-se sobre a aquisição dos autocarros de turismo, sobre as duas viaturas elétricas de passageiros, sobre a adaptação das oficinas à experiência com as viaturas e gás e elétricas também, projetos que não seriam feitos, se pusessem em risco a sustentabilidade da empresa. Em



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Orçamento estava previsto investir na aplicação da rota que era pouco fiável e estava desatualizada.

Colocado à votação o ponto 3.13 foi:

Aprovado por maioria, com votos a favor do PS(18), abstenção do PSD(2), e do CHEGA (1) e votos contra da CDU(7) e do BE(1) - Deliberação N.º 84/2021

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, lembrou que haveria nova Reunião no dia vinte de janeiro de dois mil e vinte e dois, e antes, seria realizada uma Conferência de Representantes, para apresentar uma proposta de atribuição de tempos.

O Primeiro Secretário da Mesa, David Rodrigues, procedeu à leitura sucinta da Ata em Minuta, que foi: **aprovada por unanimidade – anexo XXX.**

Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados às duas horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e um.



Ao vigésimo dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e dois, pelas 21H00, no Auditório Manuel Cabanas, sito na Urbanização do Palácio de Coimbra, Rua da Bandeira, 2830-330 Barreiro, realizou-se a quinta Reunião da Sessão Ordinária de dezembro de 2021.

A Câmara Municipal esteve representada pelo Presidente da Câmara, Frederico Rosa, Vice-Presidente Rui Braga, Duarte Machado, Rui Pedro Pereira, António Amaral, Maria João Regalo, Carlos Guerreiro, Maria Arlete da Cruz e Mónica Duarte.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, apresentou cumprimentos a todos e enunciou os pedidos de suspensão e substituição.

Assembleia Municipal - Pedidos de suspensão
Filipa Pinto substituída por Joaquim Sousa Marques
Maria Filomena Vitorino substituída por Ana Luísa Inácio
Assembleia Municipal - Pedidos de substituição
José Luís Ferreira substituído por Susana Silva
Vítor Castro Nunes substituído por Hugo Cruz
Isabel Ferreira substituída por Andreia Cardetas
Carlos Pires substituído por Nuno Soares
Ana Teresa Xavier substituída por Rui Coelho
Câmara Municipal - Pedidos de suspensão
Carlos Humberto substituído por Mónica Duarte
Câmara Municipal - Pedidos de substituição
Sara Ferreira substituída por Duarte Machado

Estiveram presentes trinta e um deputados, conforme lista de presenças inserta na Ata, como **anexo XXXI.**



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, informou que a Conferência de Representantes tinha consensualizado votar os Representantes no final da Reunião, e explicou a forma como a mesma iria decorrer. Mais informou que tinha proposto fixar uma grelha de tempos provisória, até estar finalizado o processo de revisão do Regimento, explicou o porquê e enunciou os tempos atribuídos a cada Grupo Municipal. Pronunciou-se sobre a forma como tinham decorrido as negociações entre os Partidos para as Representações Externas. Remeteu para mais tarde a explicação sobre a proposta de retirar a votação referente à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, que iria fazer.

3.14 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO NO SEU PRESIDENTE PARA A REALIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, RELATIVOS A DESPESAS DE FUNCIONAMENTO DE CARÁCTER REPETITIVO E CONTINUADO A EFETUAR NO MANDATO AUTÁRQUICO 2021- 2025;

O **Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa**, explicou que se tratava da plurianualização de competências que já lhe estavam atribuídas em relação ao montante de despesas de funcionamento do ano económico anterior, para o seguinte.

O **Deputado Francisco Alves**, afirmou que iria votar favoravelmente e sugeriu que também a Assembleia Municipal pudesse ter conhecimento trimestral dos atos praticados ao abrigo da delegação de competências, a exemplo do que era feito com os Vereadores.

O **Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa**, respondeu ao Deputado que considerava o pedido como uma redundância, porque os valores vinham disseminados para a Assembleia Municipal, na Informação Escrita.

Colocado à votação o ponto 3.14 foi:

Aprovado por maioria, com votos a favor do PS(20), da CDU(7), do BE (1) e com a abstenção do PSD(2) e do CHEGA (1) - Deliberação N.º 01/2022

3.17 REGULAMENTO DO PROGRAMA DE INCENTIVOS “+ REABILITAÇÃO” – GU/2021/3;

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga**, referiu que o Regulamento regressava à Assembleia Municipal após a consulta pública, na sua versão final. Considerou-o um bom Regulamento, um upgrade ao que era todos os anos votado junto com o IMI, para reabilitar o edificado urbano, que combinava apoios financeiros e medidas de apoio relevantes, que enunciou.

O **Deputado Nuno Chambel**, afirmou que o CHEGA, no seu Programa Eleitoral tinha incluída a “Reabilitação”, pelo que apoiava as medidas e considerava que, com os incentivos se poderia ter uma cidade mais apelativa, também em termos visuais. Questionou como pretendia o Executivo implementar essas medidas, se de futuro se poderia pensar em isenções de IMI e como iriam ser organizadas as vistorias técnicas.

O **Deputado Francisco Alves**, questionou o que envolvia o Projeto Fábrica, parceria com o património industrial do Barreiro, isenção de IMI. Considerou como positivas as medidas e os incentivos, que apenas pecavam por defeito pelos valores, pois havia uma grande necessidade de recuperar o parque habitacional.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Deputado Rui Coelho**, registou que o PSD iria votar favoravelmente e questionou se na elaboração do Regulamento tinha sido ouvido o Conselho Municipal de Reabilitação, pois o eleito do PSD não tinha sido convocado.

O **Deputado Isidro Heitor**, alertou a Câmara Municipal para a necessidade de divulgação do Regulamento, cujas medidas vinham na sequência do “Conservar para Reabilitar”, normalmente associado ao IMI e que tinha tido pouca aderência junto dos barreirenses. Referiu-se a vários fatores nomeadamente valores das candidaturas, tipologia dos edifícios, incentivos financeiros e de IMI. Deu a conhecer que vários municípios tinham mostrado o seu agrado pela limpeza efetuada pelos serviços camarários, na retirada de grafitis do edificado urbano da Cidade.

O **Deputado Hugo Cruz**, em relação à Bolsa de Projetistas e Empreiteiros a disponibilizar pela Câmara Municipal, questionou quais as condições e critérios que iriam ser considerados para a admissão dos mesmos.

A **Deputada Dulce Reis**, manifestou o acordo do seu Grupo Municipal ao Regulamento, por ser um incentivo para a renovação do parque habitacional, esperando que o Executivo conseguisse uma maior eficácia na publicitação junto das pessoas, das medidas e do acesso às condições de candidatura ao Programa, para evitar uma maior degradação do parque habitacional do Concelho, principalmente na zona ARU.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga**, disse que, a exemplo de alguns regulamentos de que a Autarquia se vinha dotando, no sentido de ser mais competitiva, também o Regulamento em apreciação estava adaptado para do ponto de vista unifamiliar ou das organizações de condomínios, ser uma ferramenta de competitividade do Barreiro. Abordou os motivos que no passado tinham levado à pouca adesão das pessoas ao Regulamento. Referiu que o incentivo financeiro dado era para depois de esgotado o incentivo fiscal, o que iria permitir apoio a obras mais robustas, simplificava e aumentava o apoio da Autarquia e abrangia mais pessoas, pois a elegibilidade dos edifícios tinha baixado de trinta anos para quinze. O Projeto Fábrica tinha sido incluído porque se pretendia incluir património classificado da Baía do Tejo.

O **Deputado Hugo Cruz**, pediu escusa de sentido de voto e explicou porquê.

Colocado à votação o ponto 3.17 foi:

Aprovado por unanimidade com 30 votos, PS(20), CDU(7), BE (1), PSD(1) e CHEGA (1) - Deliberação N.º 02/2022

3.18 ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO BARREIRO XXI;

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga**, explicou que, face à saída de uma entidade, tinha sido necessário adaptar os Estatutos da Barreiro XXI, que iria passar a gerir não só a START UP, mas também dar corpo aquilo que pensavam que viria a ser algo muito importante para a Cidade, estudando, promovendo e colocando o território do Barreiro junto de investidores, para nele sediarem as suas empresas e criarem trabalho. Manifestou o seu agrado, por considerar que era um passo muito importante para o Barreiro e anunciou que o edifício da START UP iria estar finalizado no fim de fevereiro.

O **Deputado João Pintassilgo**, considerou que a proposta deveria ser um motivo de orgulho para todos, pois era mais um passo inserido na estratégia do Executivo Municipal, iniciada no Mandato anterior com a criação da START UP e a matriz que poderia levar o



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Barreiro a um salto significativo no seu desenvolvimento económico. A Associação poderia vir a ser a futura Agência de Desenvolvimento e Investimento Local, cuja criação tinha sido proposta à Câmara pelo PS, em 2012 e não tinha tido sequência, pelo que o Grupo Municipal do PS louvava a iniciativa e esperava que rapidamente a Associação começasse a funcionar e se preparassem para a Associação de Desenvolvimento.

O Deputado Hugo Cruz, fez questão de frisar que o PSD Barreiro, “também se sentia o pai da criança”, atenta a participação do Vereador Bruno Vitorino na criação da Associação, mas também pelos esforços pioneiros remontados desde 2008-2009, que chegava atrasado ao Barreiro, não pela inércia do Mandato anterior, mas pela dos que o antecederam. Saudou a medida que o PSD iria acompanhar muito de perto, esperando que decorresse em prol do desenvolvimento do Barreiro.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga, voltou a afirmar que a Associação, o Regulamento de Incentivos à Criação de Postos de Trabalho e Investimento, bem como outras ideias que pudessem surgir, eram ótimas ferramentas para atingir o objetivo de trazer ao Barreiro empresas de base tecnológica, de indústria e criação de postos de trabalho para que, em conjunto com outras políticas que se vinham implementando, a Cidade tivesse mais qualidade de vida, mobilidade aceitável, onde se pudesse trabalhar e viver, com espaços verdes e uma frente ribeirinha única. Considerou que a medida chegava no tempo certo pois havia melhores condições de promoção e atração de investimento do que dez anos antes, e o Barreiro estava com outra capacidade de ombrear e se posicionar no mercado concorrencial, como era desejo de todos.

Colocado à votação o ponto 3.18 foi:

Aprovado por unanimidade com 31 votos, PS(20), CDU(7), BE (1), PSD(2) e CHEGA (1) - Deliberação N.º 03/2022

3.19 REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DO BARREIRO;

A Vereadora Arlete Cruz, lembrou que a Carta Educativa remontava a 2008 e que a sua revisão era obrigatória por força da Lei, prosseguindo depois com a apresentação, da mesma, conforme **anexo XXXII**.

O Deputado André Carmo, efetuou a sua intervenção. conforme **anexo XXXIII**.

O Deputado Francisco Alves, registou que os documentos eram extensíssimos e não tinha sido possível analisar ao pormenor, não tinha nada contra o trabalho em si, mas colocavam-se questões como a promoção de discussão com toda a comunidade educativa e de todos os que intervinham no processo, com o PDM que ainda não tinha sido revisto e por ter alguns cenários que não existiam, pelo que pediu uma explicação mais concreta e objetiva.

A Vereadora Arlete Cruz, deu a conhecer que, aquando do início da Revisão da Carta Educativa, era Diretora do Agrupamento de Escolas de Santo André, pelo que podia testemunhar que a CEDRU tinha contactado todos os agrupamentos, tinha passado inquéritos a diretores, professores alunos e pais, pois era essa a sua metodologia de trabalho, auscultação no terreno a todos os parceiros. Pronunciou-se sobre o facto de o documento conter dados referentes a 2018/2019 e também sobre os demográficos. Informou que um dos objetivos inserto na Carta era a construção uma rede pública para o ensino pré-escolar de apoio às famílias, em articulação com a Segurança Social. Respondeu ao Deputado André Carmo que as questões colocadas sobre a



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

descentralização não estavam em discussão, mas viriam a terreno em momento oportuno.

Colocado à votação o ponto 3.19 foi:

Aprovado por unanimidade com 31 votos, PS(20), CDU(7), BE (1), PSD(2) e CHEGA (1) - Deliberação N.º 04/2022

3.21 ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA PARA AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO PARA OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES COLETIVOS DO BARREIRO;

A Vereadora Maria João Regalo, explicou que, em virtude de o atual concurso terminar em agosto, havia necessidade de proceder ao que estava a ser proposto, que iria ter a duração de trinta e seis meses, num valor de dois milhões de euros.

Colocado à votação o ponto 3.21 foi:

Aprovado por unanimidade com 31 votos, PS(20), CDU(7), BE (1), PSD(2) e CHEGA (1) - Deliberação N.º 05/2022

3.8 ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, referiu que todas as listas apresentadas, se encontravam afixadas. Solicitou à Assembleia que pudesse ser retirado o ponto **3.8.4 ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES NA COMISSÃO ALARGADA DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS**, esclareceu os motivos, e no sentido de ver a situação esclarecida iria pedir parecer à CCDR, dar conhecimento à CPCJ, e a Conferência de Representantes debater a matéria. Não houve oposição à retirada do ponto.

O Deputado Francisco Alves, informou que Paula Soares, representante do Bloco de Esquerda na CPCCJ, tinha informado estar em fim de mandato, daí ter sugerido nova representante.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, confirmou que a CPCJ tinha dado nota de que o mandato da cidadã Paula Soares estava a finalizar e deixou à consideração proceder à votação dessa situação.

O Deputado Hugo Cruz, sugeriu que não fosse feita a votação e se aguardasse pelo parecer.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, considerou de bom senso a sugestão do Deputado Hugo Cruz e deixou o compromisso de estabelecer diálogo com a CPCJ antes da Assembleia seguinte, para nela se fazer a votação. Enunciou as listas a votação e o nome dos propostos, conforme **anexo XXXIV**.

A Deputada Susana Ramalho, sugeriu que o Presidente da Mesa enunciasse apenas as listas ordenadas por grupo de votação.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, acolheu a sugestão e procedeu à chamada dos Deputados para a votação dos seguintes pontos:



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3.8.2 ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL;

LISTA A

Luís Pedro dos Santos Cerqueira (PS) – 20 votos a favor

LISTA B

Luís André Ladeira Seixas do Carmo (CDU) – 7 votos a favor

LISTA C

Luís Carlos Tavares Bravo (PSD) – 2 votos a favor

2 votos em branco

Aprovada por maioria através de escrutínio secreto, a Lista A - Deliberação N.º 06/2022

3.8.6 ELEIÇÃO DE PRESIDENTE DE UNIÃO DE FREGUESIAS PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS;

Presidente da Junta de Freguesia de Santo António da Charneca

Isabel Maria Costa Ferreira (PS) – 21 votos a favor – 3 votos contra – 7 votos em branco

Aprovada por maioria através de escrutínio secreto - Deliberação N.º 09/2022

3.8.10 ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO MUNICIPAL DO ASSOCIATIVISMO;

LISTA A

Rui Miguel Conceição Carvalho (PS)

Nuno Barata de Paula Nogueira (CDU)

Rui Miguel dos Santos Coelho (PSD)

Manuel Flores Sabino (BE)

Bruno do Nascimento Correia (CHEGA)

31 votos a favor

Aprovada por unanimidade através de escrutínio secreto - Deliberação N.º 13/2022

3.8.14 ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO PARTICIPATIVO DA QUINTA DA MINA/ CIDADE PARA TODOS;

LISTA A

Dulce Otávia dos Reis (CDU) – 9 votos a favor

LISTA B

Ana Luísa Conduto (PSD) – 20 votos a favor

2 votos nulos

Aprovada por maioria através de escrutínio secreto, a Lista B - Deliberação N.º 17/2022

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, procedeu à chamada para a votação dos seguintes pontos:

3.8.3 ELEIÇÃO DE AUTARCA DE FREGUESIA PARA FAZER PARTE DO CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL E DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA;

LISTA A

Presidente da União de Freguesias de Palhais e Coina

Naciolinda Miranda Botas Neves Silvestre (PS) – 22 votos a favor – 1 voto contra – 8 votos em branco

Aprovada por maioria através de escrutínio secreto - Deliberação N.º 07/2022

3.8.7 ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA OU UNIÃO DE FREGUESIAS EM REPRESENTAÇÃO DAS FREGUESIAS DO CONCELHO, NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

LISTA A

Presidente da Junta de União das Freguesias de Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena

Carlos Raposinho dos Santos (PS) - 22 votos a favor – 1 voto contra – 8 votos em branco
Aprovada por maioria através de escrutínio secreto - Deliberação N.º 10/2022

3.8.11 ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO MUNICIPAL PARA A REABILITAÇÃO URBANA;

LISTA A

Pedro Alexandre Cerqueira Gomes de Matos (PS)

Luís André Ladeira Seixas do Carmo (CDU)

Patrícia Alexandra Sabino Ferreira (PSD)

Marta Sofia Martins da Silva Trindade (CHEGA)

30 votos a favor – 1 voto em branco

Aprovada por maioria através de escrutínio secreto - Deliberação N.º 14/2022

3.8.15 ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA OU UNIÃO DE FREGUESIAS EM REPRESENTAÇÃO DAS FREGUESIAS DO CONCELHO, NA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL;

LISTA A

Presidente da Junta da União de Freguesias de Barreiro e Lavradio

Gabriela Alexandra dos Santos Soares (PS) – 22 votos a favor – 1 voto contra – 8 votos em branco

Aprovada por maioria através de escrutínio secreto - Deliberação N.º 18/2022

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, procedeu à chamada para a votação dos seguintes pontos:

3.8.8 ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NO CONSELHO DA COMUNIDADE DE ACES-AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE DO ARCO RIBEIRINHO;

LISTA A

Ana Isabel Correia dos Santos (PS) - 21 votos a favor

LISTA B

Maria Filomena Gonçalves Vitorino – (CDU) – 7 votos a favor

3 votos em branco

Aprovada por maioria através de escrutínio secreto, a Lista A - Deliberação N.º 11/2022

3.8.12 ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO LOCAL DE MOBILIDADE;

LISTA A

Joaquim José de Sousa Marques (PS)

Luís André Ladeira Seixas do Carmo (CDU)

Francisco Alves Silva Ramos (BE)

Marco António Dias Almeida (CHEGA)

28 votos a favor – 1 voto contra – 2 votos em branco

Aprovada por maioria através de escrutínio secreto - Deliberação N.º 15/2022

3.8.16 ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O CONSELHO LOCAL SOBRE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS;

LISTA A

Gonçalo Vilhena da Costa (PS)



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Maria Susana Farinha Silva (CDU)
Sílvia Raquel dos Santos Ratão (PSD)
Rafer Emanuel Dias Diogo (BE)
António Manuel Lagartixo Santos Rodrigues (CHEGA)
29 votos a favor – 1 voto contra – 1 votos em branco
Aprovada por maioria através de escrutínio secreto - Deliberação N.º 19/2022

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, procedeu à chamada para a votação dos seguintes pontos:

3.8.5 ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL E DE CIDADÃOS DESIGNADOS NO CONSELHO CONSULTIVO DA RESERVA NATURAL DO SAPAL DE COINA E MATA NACIONAL DA MACHADA;

LISTA A

João António da Silva Pintassilgo
José Augusto Batista
Maria Susana Farinha Silva
Bruno Jorge Viegas Vitorino
Daniel Cardoso Bernardino
30 votos a favor – 1 voto em branco
Aprovada por maioria através de escrutínio secreto - Deliberação N.º 08/2022

3.8.9 ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA;

LISTA A

André Filipe Freitas Esteves Brás dos Santos (PS)
Dulce Otávia dos Reis (CDU)
Ana Teresa Nobre Duque Monteiro Leite Marques Xavier (PSD)
Marta Sofia Martins da Silva Trindade (CHEGA)
30 votos a favor – 1 voto em branco
Aprovada por maioria através de escrutínio secreto - Deliberação N.º 12/2022

3.8.13 ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE;

LISTA A

Pedro Francisco Dias de Vasconcelos Almeida (PS)
Ana Luísa Pereira Inácio (CDU)
Joana Filipa Aguiar Medeira (PSD)
Paula Alexandra Carrasco Serralha (BE)
Paula Emília Costa Miranda (CHEGA)
30 votos a favor – 1 voto em branco
Aprovada por maioria através de escrutínio secreto - Deliberação N.º 16/2022

3.8.17 ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS, DE ENTRE OS PRESIDENTES DE JUNTA E UNIÕES DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DO BARREIRO PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

LISTA A

Presidente da Junta da União de Freguesias de Barreiro e Lavradio
Gabriela Alexandra dos Santos Soares (PS)
22 votos a favor – 1 voto contra – 8 votos em branco
Aprovada por maioria através de escrutínio secreto - Deliberação N.º 20/2022



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Assembleia Municipal, **André Pinotes Batista**, colocou à votação a Ata N.º 5-2021, referente à Sessão Ordinária realizada em 2 e 7 de setembro de 2021, e sugeriu que, atenta a prática dos mandatos anteriores, os deputados que não tinham estado presentes, se pudessem abster de votar. Não votaram os Deputados Hugo Cruz, Nuno Chambel, Rui Coelho, Pedro Almeida, Zélia Silva, Joaquim Sousa Marques, Carlos Moreira, André Carmo, Susana Silva e Ana Luísa Inácio. Pediu que a Conferência de Representantes refletisse sobre a densidade das atas.

Aprovada por maioria, com 21 votos a favor e 10 abstenções - Deliberação N.º 21/2022

O Primeiro Secretário da Mesa, **David Rodrigues**, procedeu à leitura sucinta da Ata em Minuta, que foi, **aprovada por unanimidade – anexo XXXV**.

Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados, às vinte e três horas e quarenta e seis minutos do dia vinte de janeiro de dois mil e vinte e dois.

A gravação áudio, encontra-se disponível nos Serviços da Assembleia Municipal do Barreiro e o seu registo de vídeo em,

https://www.youtube.com/channel/UCNgNhQ5vjOIWztG0_3NvEVA

APROVAÇÃO DA ATA

Para constar e produzir os seus efeitos legais, foi lavrada a presente Ata que após lida e aprovada por maioria, na Reunião Ordinária realizada no dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e vinte e dois, vai ser assinada por mim, Filomena Maria Rodrigues Neves, Assistente Técnica que a lavrei, e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista.

O Presidente da Assembleia Municipal,


André Alexandre Pinotes Batista

A Assistente Técnica,


Filomena Neves